

Carta Mensal

2026

808

v. 73

**Conselho
de Notáveis**

Carta Mensal

2026

808

v. 73

Conferências proferidas nas reuniões semanais
do Conselho de Notáveis da Confederação Nacional
do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Sumário

O Amazonas Brasileiro

Cláudio Chaves 04

EUA de Trump, um governo disfuncional?

Prof. Luiz Roberto Cunha 13

O Sertão e a invenção do povo brasileiro

Arno Wehling 25

Sir Peter Brian Medawar: tributo a um brasileiro nato com trajetória singular

Mauricio Younes-Ibrahim 39

Inteligência Artificial e Crises Financeiras

Rubens Penha Cysne 49

Um Crédito às Mulheres

Olga Simbalista 54

Formas da Agressividade Humana

Nelson M. de Mello e Souza 68

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço. As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte. A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço: www.portaldocomercio.org.br

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2026, v. 73, n. 808

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9237

conselhodenotaveis@cnc.org.br

www.portaldocomercio.org.br

Periodicidade Irregular

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Helô Castro e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica WalPrint

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-

84 p.

Periodicidade Irregular

ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho de Notáveis.



Conselho de Notáveis

Presidente

José Roberto Tadros

Coordenador

José Bernardo Cabral

Ernane Galvêas

In Memoriam

Conselheiros

Aldo Floris	José Luiz Silveira Miranda
Antônio Celso Alves Pereira	Luiz Augusto de Castro Neves
Ari Cordeiro Filho	Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Armando Castelar	Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Arnaldo Niskier	Luiz Roberto Azevedo Cunha
Aristóteles Drummond	Marcus Antonio de Souza Faver
Arno Wehling	Maria da Conceição Beltrão
Aspásia Camargo	Mary Del Priore
Aurélio Wander Bastos	Maurício Younes Ibrahim
Carlos Afonso Pierantoni Gambôa	Nelson Manoel de Mello e Souza
Carlos Thadeu de Freitas Gomes	Olga Cortes Rabelo Leão Simbalista
Claudio do Carmo Chaves	Paulo César Martinez y Alonso
Claudio Roberto Contador	Paulo Jobim Filho
Francisco Amaral Neto	Ricardo Vélez Rodríguez
Geraldo Holanda Cavalcanti	Roberto Fendt
Humberto Mota	Roberto Rosas
Ives Gandra Martins	Rubem de Freitas Novaes
Jair de Carvalho e Castro	Rubens Penha Cysne
Joel Mendes Rennó	Sergio Franklin Quintella
José Bernardo Cabral	Sydney Limeira Sanches
José Gustavo de Souza Costa	Técio Lins e Silva
José Júlio Senna	Vicente de Paulo Barreto

O Amazonas Brasileiro

Cláudio Chaves

Palestra proferida no Conselho de Notáveis da CNC em 3/9/2024.

O termo Amazônia tem origem histórica e cultural que remonta à mitologia e à exploração europeia do continente sul-americano. O nome é derivado das "Amazonas", uma mística tribo de mulheres guerreiras na mitologia grega.

A sua integração se faz, respectivamente, por oito países – Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname – e um protetorado, a Guiana Francesa.

Representa a área correspondente a 5% da superfície do globo terrestre e 8,5% da área compatível com a vida no planeta Terra. Dos seus 7,5 milhões de quilômetros quadrados, dois terços, ou seja, 5 km² representam o espaço brasileiro o que corresponde a 59% do espaço territorial do Brasil.

A Amazônia brasileira é composta por sete Estados da Região Norte – Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e Tocantins – e parte do Estado nordestino do Maranhão.



O Amazonas brasileiro com seus 1,6 milhões de quilômetros quadrados (21% da Amazônia e 32% da porção brasileira), com os seus recursos hídricos representam um quinto da água doce do planeta com oitenta mil quilômetros de rios, sendo vinte e cinco mil navegáveis, incluído nesse manancial o rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e volume de água. O seu clima é quente e com altos índices de umidade, registrando muitas horas de insolação diária todos os dias do ano.

É também a maior província mineral do globo, com todo tipo de recursos minerais, inclusive os mais raros como Nióbio, Mica, Cobalto, Tântalo, Platina, Manganês e Ouro, além de Petróleo e tem a maior reserva de água potável que se conhece.



A sua Biota inclui 300 milhões de hectares de florestas o que corresponde a 33% das árvores do mundo, com 80 mil espécies de vegetais numa relação de 200 espécies por hectare e 30 milhões de espécies de animais, dos quais 1.500 são de peixes, 1.300 de pássaros e 300 de mamíferos. Isso corresponde a 30% do estoque genético da Terra e 10% da biota universal.

Abriga também 202 das 215 comunidades indígenas do Brasil (93,95%), que falam 176 dos 181 idiomas indígenas (97,24%), totalizando 207 mil dos 220 índios brasileiros (94,10%).

A sua diversidade, sinalizando o sentido de multiplicidade, de coisas diversas ou a convivência de elementos e de características que guardam diferenças entre si, significa dizer que a ideia de diversidade está inalienavelmente ligada aos conceitos de pluralidade, heterogeneidade e variedade em um espaço de ideias, de situações ou de ambientes.

Esses grupos estruturais e funcionais (diversidades) abrigam grande quantidade de conceitos e conhecimentos que constituem as grandes diversidades do seu interior.



As populações primordiais, para se estabelecerem em um ambiente desconhecido e hostil tiveram que construir e aprimorar, paulatinamente, uma harmônica relação homem-natureza, única forma de garantir a sobrevivência e expandir seus domínios. A adaptação inicial

a biologia e a geografia regionais que receberam os primeiros habitantes, deve ter sido extremamente penosa e ceifado muitas vidas.

A diversidade cultural produto da extensão, dispersão e variedade dos povos da floresta e das populações históricas postos frente à frente com grandes contingentes migratórios recentes, é uma das mais importantes e significativas diversidades amazônicas.

Um importante aspecto da diversidade cultural é a diversidade étnica composta, principal, mas não unicamente, pelo conjunto das populações indígenas para as quais convergem importantes debates nacionais e internacionais.

Um dos pontos importantes que cercam o tema indígena é a proteção de sua cultura e a demarcação de suas terras como forma de proteger a população, já que sem seu ambiente natural o índio fica culturalmente fragilizado e condenado ao desaparecimento étnico.

A diversidade biológica ou biodiversidade à biogeografia histórica, segundo a qual a distribuição atual dos organismos no planeta é decorrente dos eventos geológicos e climáticos do passado que limitaram, impediram e favoreceram, de forma diferenciada, a sobrevivência dos organismos, nesse ou naquele local.

Outro viés aponta para o conceito da biodiversidade como bem universal sugerindo que o Brasil tem soberania sobre o território, mas não sobre os organismos que nele habitam.

Os seus habitantes enfrentam as peculiaridades da região que estão associadas à uma problemática multifatorial, que inclui:

- Isolamento geográfico;
- População rarefeita devido à baixa densidade populacional;

- Dificuldades de transporte (apenas 6 dos 62 municípios têm aeroportos com estrutura) e precariedade na comunicação;
- Longas distâncias entre as cidades, comunidades e vilas;
- Escassez de serviços e profissionais especializados de saúde;
- Falta de programas de educação em saúde;
- Existência de enfermidades infecciosas que são endêmicas na região;
- Fatores mesológicos próprios como clima quente e úmido, biota, múltiplos ecossistemas e tipos de diversidades.

As dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo homem da Amazônia são inúmeras e dentre essas as de saúde ocupam especial destaques. A ausência de um modelo de zoneamento e de hierarquização nas áreas da saúde e da educação planejados à luz das peculiaridades regionais além da indefinição da verdadeira vocação econômica, contribuem substancialmente para esta ocorrência.

O Amazonas brasileiro tem se constituído em um desafio a quase todos os empreendimentos humanos na região. A ocupação desta última fronteira do Brasil vem acrescentando capítulos dramáticos à história da expansão demográfica brasileira. Em que pese os esforços de colonização intensificados como o *boom* da borracha desde o fim do século XIX até o presente, grande parte da sua população ainda vive em precárias condições socioeconômicas e de extraordinário abandono e isolamento geográfico.

As dificuldades de acesso a essas populações e a grande precariedade dos serviços médicos, elevam os índices de morbidade e de mortalidade da maioria das doenças diagnosticadas nessas comunidades.

O descaso de governantes inescrupulosos que não cumprem com o dever e com isso contribuem decisivamente para a cronicidade dessa situação, na maioria das vezes dramática a urgir por providências, se assemelha a uma das citações do Livro do Profeta Jeremias: “Vós dispersastes o meu rebanho e o afugentastes e não cuidastes dele; eis que irei verificar isso entre vós e castigar a malícia de vossas ações, diz o Senhor!”.

Para melhor compreensão sobre o Estado do Amazonas brasileiro, a história registra como primeiro marco o ano de 1621 com a formação das Capitanias do Maranhão, Pará e Ceará. No ano de 1654 permaneceram agrupadas, porém desmembradas do Ceará, até o ano de 1772 quando se separaram definitivamente passando o Maranhão a ser subalterna à do Piauí e a do Grão-Pará tendo como subalterna a de São José do Rio Negro que mais tarde, em 1850, seria a Província do Amazonas que se transformou em Estado com a Constituição Republicana.

O ano 1923 com a *Canção de Fé e Esperança*, Álvaro Maia em discurso pronunciado, em nome da Mocidade Amazonense, no Teatro Amazonas, pronunciava que “o Amazonas alcançaria um dia o seu desenvolvimento pelas suas potencialidades e pelas mãos dos seus filhos”, o que foi corroborado, mais tarde, no ano de 1940, pelo presidente Getúlio Vargas, quando visitou o Amazonas pela primeira vez, e assim se expressou: “O Amazonas um dia deixará de ser um problema e passará a ser uma das soluções para o Brasil”.

Em 1965, o cineasta e teatrólogo amazonense Ivens Lima com a *Canção Postal Amazônico*, tentou despertar nas autoridades do Poder Central maior atenção ao Amazonas que vivia um dos momentos mais difíceis da sua história, retratando com bastante clareza essa dramática situação, tendo assim composto:

“Gigante Brasil que me esqueces; Eu que jamais fui lembrado; Porém como te quero, te adoro, e te venero; Sou o teu filho Eldorado; Amazonas, encantado, que vive desprezado; Esperando um olhar teu, Brasil!”

Esse clamor, contribuiu para que o Poder Executivo buscasse com celeridade uma alternativa para tirar do marasmo este pedaço brasileiro. E 2 anos depois, em 1967, foi criado o Decreto-lei n. 288 formalizando a Zona Franca de Manaus com prazo de validade inicialmente de 30 anos, que regularizou a Lei n. 3.173/1957 de autoria do Deputado Francisco Pereira da Silva/AM a qual havia sido sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Com a edição da Constituição de 1988 o relator Deputado Bernardo Cabral/AM prorrogou esse modelo socioeconômico por mais 25 anos, o qual mereceu outras prorrogações que vão até 2073.

Projetos de grande porte para o desenvolvimento

Em 1948 houve a ideia da criação da Hidrovia Rio Negro ao Rio Orinoco pelo Canal de Cassiquiare, a qual permanece esquecida até hoje pela sua complexidade e alto custo envolvendo dois países (Brasil e Venezuela).

Rodovia Atlântico-Pacífico que está na dependência da trafegabilidade plena da BR 319 de Manaus/AM para Porto Velho/RO, visto que os Estados de Rondônia e do Acre já estão com integração completada no Eixo Brasil-Bolívia-Peru.

Divisão territorial – Criação de três territórios federais: Negro, Solimões e Juruá.

Exploração racional de recursos naturais:

Jazidas de Potássio, Autazes/AM;

Petróleo, Bacia do Solimões/AM; Nova Olinda/AM;

Pescados;

Frutos;

Plantas Medicinais;

Insumos da indústria de cosméticos e perfumes;

Indústria derivada de restos de madeira (capoeira).

Agressões à natureza:

Garimpos;

Extração ilegal de madeiras;

Queimadas para plantios de pasto para pecuária;

Incêndios criminosos da floresta;

Estiagem.

Diante desse quadro dramático vivido em pleno terceiro milênio, em que a floresta amazônica ao invés de contribuir para o sequestro de carbono na atmosfera, ameaça colocar mais esse agente poluidor no meio ambiente, e merece a reflexão de todos para que o desenvolvimento dessa imensa região passe a ser focado nas suas verdadeiras vocações e não em pensamentos equivocados e criminosos.

Para que todos percebam que o triste cenário que hoje se apresenta já vem de algum tempo sem merecer a verdadeira atenção das autoridades constituídas.



É só observar os versos do poeta amazonense Emerson Maia na sua obra imortal *Canção Lamento de uma Raça* que há cerca de 30 anos no festival folclórico de Parintins içou a bandeira mostrando que se não fossem tomado os devidos cuidados como não foram até hoje poderia a floresta ser levada a um colapso ambiental. E assim se expressou:

“O índio chorou, o branco chorou; Todo mundo está chorando;
A Amazônia está queimando; Ai, ai, que dor; Ai, ai, que horror;
Lá se vai onça pintada fugindo dessa queimada; E não vai mais
voltar; Lá se vai a macacada junto com a passarada; Pra nunca
mais, voltar; Virou deserto o meu torrão; Meu rio secou, pra
onde vou?; Nada de queimada, o melhor é cantar e brincar com
o Garantido; Matar a mata, não é permitido!”



EUA de Trump, um governo disfuncional?

*Prof. Luiz
Roberto Cunha*

1. Eleição de Trump

Vitória ‘esperada’ (vide minha palestra na semana anterior à eleição), mas com resultado acima das projeções (Trump ganhou o voto direto e o voto do Colégio Eleitoral – inclusive nos 7 ‘Swing States’). Propostas eleitorais importantes para o eleitor (economia, migração, ‘Woke’, tarifas e ‘MAGA’...), contra uma candidata fraca, escolhida em cima da hora, que procurou usar na campanha a ‘esperança’ contra o ‘medo’.

Para dificultar ainda mais a candidatura, é importante assinalar que Kamala não teve o processo de escolha normal nas eleições para presidente nos EUA, que passa por uma longa seleção de candidatos disputando primárias estaduais, onde o eleitor conhece e compara os candidatos. Mesmo em questões onde os Democratas pareciam ter mais força, especialmente entre mulheres mais jovens, uma campanha muito eficiente dos Republicanos, usando como argumento certas decisões em relação as questões de gênero (especialmente cirurgias em jovens para mudança de sexo) conseguiu reverter até mesmo este grupo de eleitores.

2. Equipe

Ao contrário de Trump 1.0, quando maior parte do secretariado era composta por republicanos ‘raiz’ (com quem Trump teve divergências

ao longo do mandato, tendo feito diversas substituições); Trump 2.0 está cercado de *'loyalists'* (até diria, mais do que *'loyalists'*... vide os efusivos elogios públicos, especialmente após reuniões de secretariado, quando Trump fala com jornalistas repetindo suas ideias e 'resultados' alcançados... sempre de forma muito exagerada, mas sendo fortemente elogiado pelos secretários). Mas este secretariado de *'loyalists'*, em grande parte, tem um CVS, no mínimo polêmico... Robert Kennedy Jr. (saúde), ativista contra vacinas infantis... Pete Hegseth (defesa), até tem experiência de guerras (Iraque e Afeganistão), servindo não no exército dos EUA, mas numa força da Guarda Nacional (estadual), como um oficial de nível intermediário, depois esteve dirigindo organizações de apoio aos veteranos, mas tem atuado na TV, como comentarista da *Foxnews*... aliás, apesar da maioria dos republicanos no Senado, só foi aprovado, depois de um resultado 50 x 50 pelo voto do vice-presidente...; Pam Bondi (Justiça), apesar de tido o mesmo cargo a nível da Flórida, mas conhecida como um dos advogados do Trump, nos SUS muitos processos recentes, e foi lobista (atividade legal e 'registrada' nos EUA) do Qatar; Peter Navaro (assessor especial para tarifas...), responsável pelo *'Liberation Day'*, que não soube explicar na TV a fórmula de cálculo que definiu o percentual das tarifas aplicadas aos países, e, numa troca de mensagens com Elon Musk sobre as tarifas para veículos, foi qualificado publicamente por Musk como 'Moron'... e por aí vai.

3. Quem é Trump

3.1. Trump e a mídia: Enorme e admirável capacidade de 'operar' a mídia com sua experiência na TV. O maior sucesso foi na NBC, *'The Apprentice'* de 2004 até 2015, duas vezes indicado para *'Emmy Award'*... fez aparições, às vezes em versões caricaturais dele mesmo, em diversos filmes e séries de TV..., também fez muitos comerciais para

empresas diversas... escreveu vários livros, como co-autor, destaque para *'The Art of The Deal'* (1987), e Trump é fã e incentivador da luta livre (World Wrestling Federation).

3.2. Trump e os negócios: Herdou um império imobiliário em NY ('Real State'...), onde teve alguns 'problemas' comuns neste setor, especialmente em NY..., mas expandiu seus negócios com grande sucesso, como hotéis e campos de golfe, inicialmente nos EUA, depois na Europa e depois no mundo (vide visita oficial a Arábia Saudita, Qatar e EAU...). Além da área imobiliária teve sucessos e fracassos em vários negócios: (a) Principais fracassos: Trump Airlines/1988; Trump Vodka/2006; Trump Casinos...; Universidade Trump/2005; b) Principais sucessos: Hotéis (início Hotel Commodore/1974 que ficou famoso e valorizou muito e muitos outros...); imóveis (Trump Tower/1983 e muitas outras); imóveis comerciais (40 Waal Street/1995 e muitos outros); condomínios residenciais (Trump Place em Hudson NY e outras); campos e clubes de golfe (início em 1999 atualmente 17 nos EUA e no mundo)... e atualmente muitos outros negócios envolvendo moedas digitais, fundos de investimento internacionais (geridos por seus filhos e genro, que no Trump 1.0 tiveram alguma participação assessorando o país no governo, mas desta vez estão administrando os negócios da família.

3.3. Trump na política: Antes de ser candidato a presidente e vencer em 2016 (45th USA President), derrotando Hillary Clinton, Trump havia tentado concorrer à presidência em 2000; foi derrotado por Joe Biden em 2020 e ganhou (47th President) em 2024. Como bom empresário do setor imobiliário em NY, apoiava campanhas de republicanos e democratas, mas teve fortes relações com os Clinton (presidente de 1993/1997 e 1997/2000).

3.4. A contestação das eleições de 2020 e outros problemas jurídicos de Trump

Não vou falar sobre o questionamento das eleições de 2020, nem especificamente das diversas ações no Judiciário contra Trump ao longo do governo Biden, até porque:

a) O questionamento das urnas nas eleições nos EUA até se justifica, como apresentei em palestra no ano passado, com a ‘complexidade’ de um sistema eleitoral ‘disfuncional’ e diferenciado em quase todos os 50 estados (formas de votar e apurar votos, documentação do eleitor, e por aí vai...) abre espaço para questionamentos. Mas, de qualquer forma, os principais processos em relação a Trump, abertos e ampliados na administração Biden, não conseguiram ser julgados, até porque alguns foram muito mal conduzidos pela promotoria... e, um outro processo, desta vez contra a Fox News por divulgar falsas informações contra a empresa de computadores ‘Dominion’ (equipamentos usados em 28 estados, incluindo Wisconsin e Geórgia – onde houve maior contestação dos resultados a favor de Biden), acabou tendo um acordo em que a Fox News concordou em pagar para Dominion US\$787,5 milhões, reconhecendo a decisão do tribunal de que a Fox havia transmitido declarações falsas, mas o acordo não exigiu que a Fox se desculpasse (‘1st ammendment’, ‘liberdade de expressão’ é sempre algo muito considerado em questões que envolvem a imprensa...). Este foi o maior acordo por difamação da história dos EUA, e logo depois a Fox demitiu Tucker Carlson, uma das maiores audiências da TV a cabo, justificando em função de alegações de um ambiente de trabalho tóxico no *set* do programa..., mas, na verdade, por ter sido um dos responsáveis pelo ‘prejuízo’ do acordo com a Dominion.

b) Por outro lado, depois de ter sofrido dois *impeachments* no 1º mandato (nos EUA quem vota o *impeachment* é a *House*), mas não tendo

sido condenado pelo Senado, que presidido pelo presidente da Suprema Corte tem que aprovar por 2/3 a decisão da 'House', no governo Biden, Trump foi objeto de diversos inquéritos, processo e julgamentos, sendo quase todos inconclusivos. Foram apenas duas condenações, uma sobre assédio sexual num caso antigo e outra, mais recente, sobre falsificar registros financeiros empresariais, para ocultar pagamentos a uma 'profissional do sexo'... os processos referentes a contestação das eleições ou guarda de documentos reservados, ou mesmo aos acontecimentos em 6 de janeiro com a invasão do Capitólio, tiveram os inquéritos vistos pela maior parte dos eleitores como excessivos e mal conduzidos. Também favoreceu Trump uma decisão da Suprema Corte definido com 'certa amplitude' o que um presidente pode fazer durante o mandato e com isso vários processos não foram adiante... e agora Trump foi reeleito... e de certa forma a tentativa de usar a justiça para impedir a eleição de um político popular, sob aspecto político, pode servir para reforçar sua candidatura, principalmente quando são tantos os processos.

A questão do 6 de janeiro, com um 'ataque' ao Capitólio, é uma das páginas 'negras' da sociedade norte-americana (existem muitas outras...), mas talvez o principal ato, que pode deixar uma marca negativa no Trump 2.0, é que ele usou e abusou dos indultos de todos os condenados pelas violências no Capitólio, assim que assumiu..., mas Biden nos últimos dias de seu mandato também usou e abusou de indultos 'futuros', para seu filho e parentes.

4. Os problemas dos democratas

Se existe disfuncionalidade nas ações e no governo de Trump, está cada vez mais claro que os democratas conduziram da pior forma possível o processo eleitoral em 2024, com um candidato, Biden, que não estava em condições de disputar as eleições, e, ainda mais grave, se eleito dirigir a maior economia do mundo, num mundo cada vez

mais polarizado com questões geopolíticas que exigem lideranças com capacidade de liderar... para não me alongar nesta introdução (até porque como ainda não tinha a palestra concluída, serei mais ‘objetivo’ no restante da palestra...), quero apenas dizer que está sendo publicado nesta semana um livro, escrito por jornalistas que têm sempre tido uma postura crítica em relação aos governos Trump (*original sin* de Jack Tapper/CNN e Alex Thompson/político), que através de entrevistas demonstram como a família e assessores diretos esconderam a real situação física e mental de Biden. Também mostram como muitos líderes democratas, mesmo desconfiando e preocupados com a situação, evitaram questionar a candidatura... aliás Biden, quando eleito em 2020, tinha dito que seria um presidente de transição, usando sua longa experiência pública para ‘renovar’ o partido democrata, segundo alguns analistas, existem méritos políticos na vitória de Trump, mas a insistência de Biden em ser candidato ajudou muito na derrota.

5. ‘Guerra tarifária’ de Trump

5.1. ‘Liberation Day’ em 2/4/2025 com imposição de tarifas elevadas sobre ‘todo o mundo’, com maior percentual sobre países com superávit na balança comercial em relação aos EUA (superávit em mercadorias e não em serviços – renda de capital, *royalties*, assistência técnica, viagens – onde os EUA tendem a ser superavitário...), especialmente para China. Antes já tinham sido impostas tarifas ao México e Canadá (NAFTA) e ao aço e alumínio, além de automóveis. Mas, logo após ‘Liberation Day’ foram feitas diversas mudanças reduzindo o impacto inicial, uma vez que os percentuais eram excessivamente elevados e paralisaram o comércio internacional, criando enorme incerteza nos ‘mercados’...

5.2. Em relação a migração ilegal (cujos números – fluxo e estoque – são, de fato, muito elevados) Trump conseguiu reduzir drasticamente

o fluxo, e, embora algumas deportações tenham sido objeto de questionamento jurídico, as pesquisas mostram um forte apoio do popular.

5.3. Com relação a inflação (*'Is the economy stupid'*, famosa frase de um consultor político de Clinton, explicando a vitória sobre Bush pai), as taxas estão mais reduzidas, com a atuação da política monetária do FED, mas tendência com as tarifas é de um aumento, embora deva ser uma mudança de patamar e não uma 'perda de controle'.

6. O que pretende Trump

6.1. Objetivo 'final': 'reindustrializar' os EUA, que através de elevação de tarifas, no final do século XIX, aproveitando o mercado interno já consolidado, a imigração qualificada de europeus e o auge da Revolução Industrial, conseguiu implantar forte base industrial, que ao longo dos anos, com o crescimento dos serviços (tecnologia e remuneração muito superior) reduziu muito sua participação no PIB, como muitos países, que, se beneficiando da globalização, passaram a importar produtos de países com custo de produção muito menor, beneficiando o consumidor. É claro que o rápido desenvolvimento de economias como as asiáticas, especialmente a China, absorvendo tecnologia de ponta, e passando a competir em produtos mais desenvolvidos, tem gerado um desequilíbrio forte na balança comercial dos EUA.

6.2. Objetivo 'provável': Trump é um 'negociador' por excelência e muito 'transacional', além disso tem pouco tempo, e reindustrializar, de fato, é um processo longo. Mas depois de ter desorganizado o comércio internacional, revertendo cadeias produtivas eficientes, e conseguido iniciar negociações com os principais 'responsáveis' pelo déficit comercial dos EUA, entendo que o caminho agora é buscar ter resultados, e é possível reduzir o déficit comercial, no curto prazo através da redução das barreiras não tarifárias que dificultam acesso

de produtos aos EUA e a diversos mercados, especialmente na Ásia... e também aumentar a Receita Tributária para, junto com a redução de empregos e gastos públicos (atuação do ‘Doge’...), conseguir atuar sobre o déficit fiscal anual e uma dívida pública crescente.

6.3. As tarifas, mesmo que sejam negociadas para níveis mais baixos, tem impacto inflacionário e tendem a reduzir o PIB (não só dos EUA, mas mundial... na globalização teve impacto positivo...).

6.4. ‘Ganhos’ em negociações produto a produto (mais correto em termos tarifários) devem aumentar a participação da indústria no PIB... e uma significativa redução de barreiras não tarifárias deve ser alcançada... tudo sendo bem ‘articulado’ (Trump tem sido muito eficiente em ‘dominar’ a mídia com sua retórica repetitiva...) tende a reduzir o desgaste do governo..., mas temos eleições em 2026 (toda ‘House’ e 1/3 Senado).

7. O ‘Excepcionalismo’ dos EUA

7.1. Os EUA têm historicamente se considerado um país ‘excepcional’ (*The american exceptionalism*), que pode ser explicado como a “crença de que os EUA são, de certa forma, distintos, únicos ou exemplares na comparação com outras nações”. Os que adotam esta ideia argumentam que os ‘valores’, sistema político e o desenvolvimento histórico do país são únicos na história da humanidade... em geral com a suposição de que isto leva os EUA a terem um papel distinto e positivo no mundo... isto tem impactos econômicos e geopolíticos importantes.

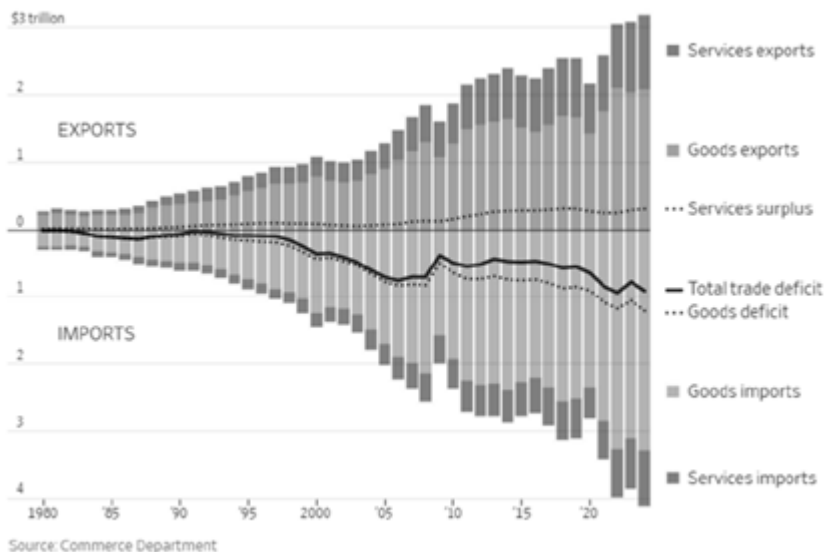
7.2. Na economia, *‘american exceptionalism’* se destaca pela ‘força’ do dólar, como a ‘moeda do mundo’ e pelos títulos do tesouro (*‘bonds’*) como o investimento de menor risco no mundo... sendo reserva de segurança para um grande número de países, muito mais que o ouro

(até porque em agosto 1971 o presidente Nixon acabou com a relação entre o dólar e o ouro...). Pois bem, a principal mudança na posição de Trump em relação as tarifas foi em 14/5/2025 quando preço dos ‘*bonds*’ (títulos do tesouro) começou a cair (e os ‘*yields*’, taxa de retorno, a subir...), pois a confiança na economia dos EUA começou a ‘desabar’... e como os juros subiam, o risco em relação a dívida interna dos EUA, que é muito elevada, aumentou... como resultado, depois de uma forte preocupação do secretário do tesouro, Bessente (um dos poucos ‘adulto’ na equipe...) Trump reduziu as tarifas, até porque para completar a incerteza Trump vinha questionando o mandato do presidente do FED, que é independente... aliás como a China, Japão e muitos outros países que se mantêm suas reservas em títulos do tesouro dos EUA, houve até uma suposição de que para retaliar, países estivessem vendendo os ‘*bonds*’.

8. Alguns gráficos que complementam o texto:



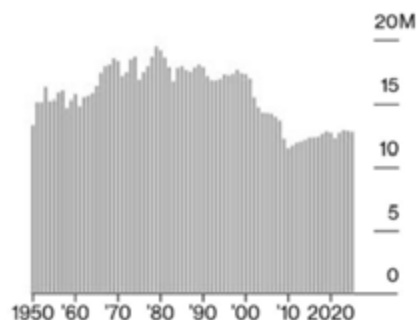
U.S. trade balance



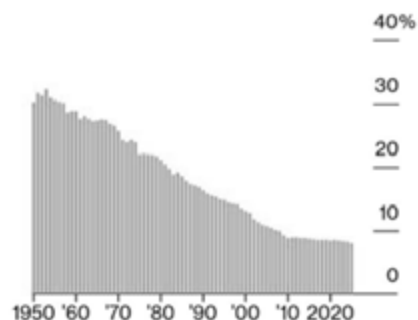
US Manufacturing Jobs Have Been Declining Since 1979

Production moved to lower-cost countries and automated

Manufacturing jobs



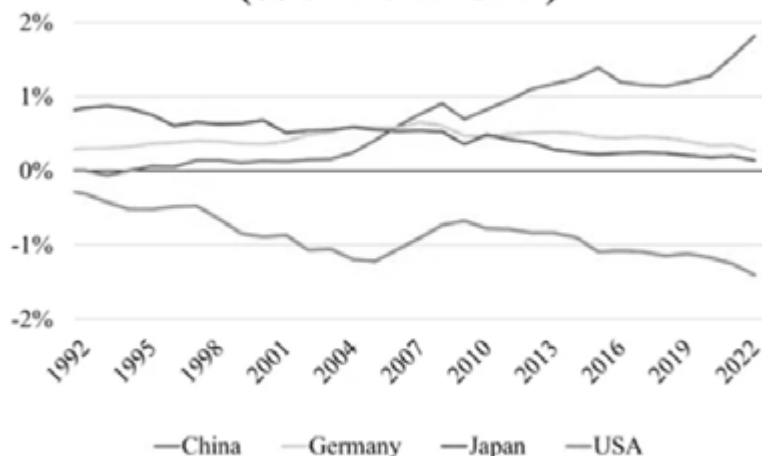
Share of workforce



Source: US Bureau of Labor Statistics

Bloomberg

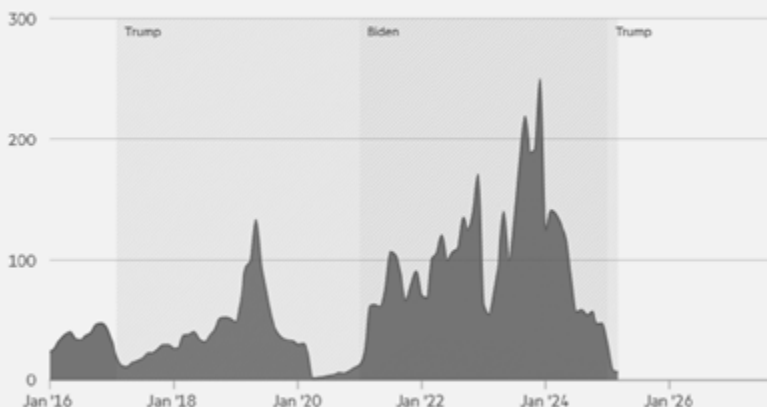
Manufacturing Goods Surplus (% of World GDP)



Source: UN Comtrade; adapted from Brad Setzer, CFR

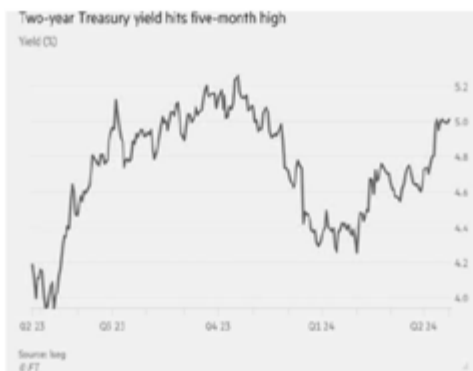
Illegal border crossings have fallen sharply under Trump

Apprehensions at the US southern border by month ('000)



Source: US Customs and Border Protection • 'Apprehensions' are cases where those who are unlawfully in the US are detained. Data through March 2025

- **EUA:** deterioração do cenário, especialmente por conta da economia americana mais forte, o que implica em *Fed Funds Rate* (preço mais importante da economia mundial, *benchmark* de risco) mais alta; CPI de março assustou muito, a inflação acelerou. Com isso, juros futuros subiram:



O Sertão e a invenção do povo brasileiro

(Contribuições de Sílvio Romero e Capistrano de Abreu)

Arno Wehling

Da Academia Brasileira de Letras.
Presidente de Honra do IHGB.

No Brasil do último terço do século XIX ocorreu uma transformação radical no âmbito de suas elites intelectuais, quanto à maneira de encarar a sociedade. Até fins da década de 1860 concebia-se o que se denominava *povo brasileiro* de uma determinada forma. Em menos de uma década houve um profundo reposicionamento, no qual o conceito de *sertão*, até então expressão relativamente neutra para designar uma realidade geográfica remota, assumiu igualmente um novo significado.

É da conjunção entre as novas concepções de *sertão* e de *povo brasileiro*, bem como do porquê e como se deram, que trataremos.

O conceito de povo possui diferentes significados, dependendo da cultura a que se refere e a época. Antes da Revolução Francesa e do nacionalismo que se seguiu, utilizava-se frequentemente em diversas línguas, inclusive no português, a expressão “povos”. Contemplava-se assim uma diversidade de populações com características diversas, embora submetidas, em geral, a um mesmo governante ou sistema político.

Durante e após o processo revolucionário, com a abolição da sociedade de ordens e o fim da monarquia absoluta, delineou-se um novo ente institucional, o Estado-Nação, que tinha no povo – singularizado – sua

unidade essencial. A caracterizá-lo, pelo menos dois elos básicos, a comunidade da língua e a comunidade histórica.

Compreender o outro na mesma língua, mesmo que existissem nuances dialetais, estabelecia um princípio de identidade supraindividual, que se reforçava quando acrescentada a consciência de uma existência coletiva comum – uma história compartilhada.

O povo, dessa forma constituído, era a Nação (La Nation), na expressão dos revolucionários de 1789 e de seus êmulos no mundo euro-americano. Esse povo era entendido como sendo titular de direitos e se expressava através de declarações e assembleias eleitas – “nós, o povo”, dizia a Declaração de Independência dos Estados Unidos, anos antes.

Decorria dessa situação que o povo, constituído em Nação, passava a construir um diferente instrumento de governo, o novo Estado, diverso do que até então existia. Esse novo ente era delimitado por direitos individuais e deveria ter agências de poder que se auto equilibrassem nas funções Executivas, Legislativas e Judiciárias – o governo misto, que o empirismo inglês elaborou com o sistema parlamentar e que o racionalismo francês teorizou, sobretudo com Montesquieu.

Chegou-se, portanto, ao novo modelo político do Estado-Nação, legitimado pela vontade do povo e legalizado por um documento constitucional – a “ata do pacto social”, como dizia o revolucionário pernambucano Frei Caneca.

Ao longo da primeira metade do século XIX a literatura e a imprensa popularizaram de tal modo o conceito que praticamente se naturalizou, “como se sempre tivesse existido”, o que era, entretanto, uma criação recente. Romantismo, nacionalismo e historicismo se entrelaçaram para embasar estética, política e filosoficamente o Estado-Nação.

Nesse sentido, podemos falar que ocorreu a “invenção do povo” a partir dessa nova realidade: era preciso conhecer o *ethos*, a alma por detrás desse novo ente político e social. Tratava-se de um programa urgente: fazer a “invenção do povo”, não no sentido ficcional de construção imagética e artificial, mas no sentido jurídico de descoberta de uma realidade subjacente à superfície. Se isso correspondia à realidade ou se era apenas a projeção de um desejo, é dúvida que os contemporâneos raramente tiveram, mas que os historiadores mais tarde levantaram.

Nos países europeus, nos Estados Unidos, na hispano-américa e no Brasil, por diferentes meios conforme a experiência histórica de cada país e de cada “povo”, foi possível encontrar um substrato popular traduzido nos cancioneiros, nas manifestações políticas e nas expressões regionais, frequentemente estilizado pelos literatos românticos, que construíram diferentes tipos psicológicos e sociais. Na literatura brasileira os emblemas mais significativos do amálgama entre o homem e a terra estão na *Canção do exílio* de Gonçalves Dias e nos personagens de José de Alencar, fossem eles o fidalgo português, o indígena, o sertanejo ou o gaúcho.

Descobria-se o povo, mas um povo definido pela ótica romântica, fosse contemporâneo ou colonial, como no caso da América, fosse medieval, como na Europa. Um povo que traduzia mais as características e as idiossincrasias do homem oitocentista, que por sua vez sofria os efeitos do espírito revolucionário americano e francês, além das primeiras e duras consequências da Revolução Industrial, com seu desenraizamento do campo, a nostalgia de um mundo perdido e muitas vezes a necessidade de emigrar para sobreviver.

Nesse contexto romântico do primeiro nacionalismo brasileiro, a ideia de sertão aparece ainda em seu sentido tradicional na cultura

luso-brasileira, de realidade do interior, diferente, mas não oposta à do litoral. É o que encontramos definido na edição de 1789 do dicionário de Rafael Bluteau, do início do século XVIII:

“Sertão: s. m. o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo e costa, v.g., cidade do sertão. O sertão toma-se por mato longe da costa.”

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, do brasileiro Antônio Morais e Silva (aliás responsável pela reedição de Bluteau) encontramos idêntica associação geográfica entre litoral e interior, mato e cidade.

O conceito romântico de povo, nacionalista e historicista, não separava, como elementos culturais fortemente distintos, o habitante do litoral e o do sertão, já que ambos faziam parte do mesmo cadinho que constituía a população e afinal a nacionalidade. Além disso, José de Alencar empresta a seus diferentes heróis no tempo e no espaço – o índio Peri, o sertanejo cearense Arnaldo Loureiro ou o gaúcho Manuel Canho – as virtudes cavaleirescas que os românticos europeus identificavam em seus heróis medievais, de certa forma uniformizando-os e atribuindo-lhes uma idêntica tábua de valores.

O sertão, assim, aparece como algo diverso, mas não estruturalmente diferente, do restante da sociedade, pois seu povo era, afinal, o mesmo das cidades.

Tudo muda por volta de 1870-1880. Admite-se um novo sentido para o conceito de “povo”. Os estudos etnográficos e antropológicos fizeram emergir uma nova concepção, a do povo-etnia, que possuía traços culturais distintos e frequentemente irredutíveis entre si.

Por outro lado, o triunfo das concepções científicas, cristalizadas no positivismo, no evolucionismo e logo depois no marxismo, por sua vez

subdivididas em múltiplas correntes, provocou um amálgama ideológico no qual cada “povo” ou mesmo seus segmentos foi associado a determinadas características biológicas, psicológicas e sociológicas que reforçaram estereótipos e preconceitos, desde a oposição civilizado *versus* bárbaro, uma das grandes temáticas oitocentistas, até a exacerbação do nacionalismo e manifestações puramente racistas.

O conceito de sertão, por sua vez, sofreu igualmente o influxo do cientificismo. Surgia, agora, outro significado para o termo, menos linear e literal do que o anterior, fundamentado não mais somente no senso comum geográfico, mas em elaboradas tipologias de inspiração biológica e sociológica que procuravam definir um novo tipo físico e psicossocial, diferente do citadino/litorâneo.

A junção de ambas as situações – a invenção de novas características do povo e a resignificação do conceito de sertão para além da definição romântica – deve-se à chamada “geração de 1870” e a seu “bando de ideias novas”, expressão utilizada por Sílvio Romero para caracterizar o que via como uma espécie de revolução cultural. Ideias novas que eram justamente, naquela conjuntura pós-guerra do Paraguai, as derivadas do evolucionismo e do positivismo e que se buscavam aplicar à vida social do Brasil: à sua história, literatura, cultura popular, economia.

Duas das figuras emblemáticas desse processo foram Sílvio Romero e Capistrano de Abreu, mas poderiam ser lembrados outras da época ou imediatamente posteriores, como Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Tito Lívio de Castro, Alberto Torres, Afonso Arinos (tio), Amadeu Amaral e outros mais.

Não por acaso, os trabalhos iniciais de Romero e Capistrano foram estudos de crítica literária, já que em boa lógica positivista e evolu-

cionista entendiam que a literatura era a principal expressão cultural das sociedades e, portanto, um termômetro sensível para captar as suas condições.

A “invenção do povo” na geração de 1870

As transformações pelas quais passou o Brasil de fins da década de 1860 e na seguinte deram margem a várias discussões na história e nas ciências sociais, destacando-se *aspectos políticos*, como a questão do federalismo, da organização judiciária e das relações entre o estado e a Igreja, *problemas econômicos*, como os investimentos estrangeiros, a política ferroviária, o protecionismo alfandegário e a consolidação do trabalho livre, com o anunciado fim da escravidão e *fenômenos culturais*, como a transição do romantismo para o realismo em literatura, do ecletismo para o positivismo e o evolucionismo, em filosofia. Havia todo um sentimento favorável à renovação, que traduzia a insatisfação mais ou menos explícita com o *statu quo* do país, inclusive a forma de governo monárquica.

Da combinação de todos esses questionamentos nasceram propostas de solução, situações de conflito e encaminhamentos, muitos dos quais se alimentavam de um esforço comum para melhor conhecer o Brasil, isto é, para interpretá-lo. Muito antes da geração de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, os “intérpretes do Brasil” do clima da Revolução de 1930, houve diversos outros no período que vai de fins da década de 1860 – a vitória na guerra do Paraguai – até fins da de 1920 – a crise político-econômica da República oligárquica do “café com leite”. Esses 60 anos compreenderam pelo menos duas gerações – ou quatro, no cômputo de Ortega y Gasset – de intelectuais que em boa medida se propuseram a pensar o Brasil.

Silvio Romero e Capistrano de Abreu foram duas das figuras de proa do primeiro movimento, o da geração de 1870 e continuaram produzindo pelas décadas seguintes. O tema que os empolgou foi o da interpretação do Brasil. Uma nova percepção do povo e o papel do sertão foram duas chaves analíticas que utilizaram pioneiramente.

Qual era a “tese tradicional” na interpretação do Brasil, à época da juventude de Romero (nascido em 1849) e Capistrano (nascido em 1853)? Era a visão de românticos, ecléticos e políticos “moderados” vindos da Regência e da Conciliação. Sua preocupação básica consistia na construção do Estado imperial, sob as formas unitária – para combater as tendências desagregadoras das províncias – e monárquico-constitucional, com a garantia de se manter o sufrágio censitário e a força política dos proprietários rurais. Exorcizavam-se assim vários fantasmas: o da fragmentação do país, o radicalismo jacobino (que logo seria socialista) e o temido fim abrupto da escravidão.

Estudos recentes sobre a reação conservadora do período 1837-1841, cuja alma foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, mostram como estavam entrelaçados para a consecução desses objetivos ações como a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Lei Interpretativa do Ato Adicional e a reforma do Código de Processo Criminal, que se deram, todas, num só triênio.

Essa fórmula, que no plano da história e da etnografia produziu a proposta de Karl von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, em 1843 e a *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1854, teve seu correspondente literário no romantismo, particularmente no indianismo. A ligá-los estavam o liame comum do historicismo, com sua criação, muitas vezes artificiosa, de uma tradição cultural que não encontrava respaldo no passado, pois às

vezes o resultado acabava por se revelar estilizado, com valorações, condenações e esquecimentos estrategicamente construídos a fim de atender aos objetivos dos autores.

Contra tal interpretação, cuja síntese era a construção do Estado, os intelectuais da geração de 1870 contrapuseram a invenção do Povo. Influenciados pela novidade das teses positivistas e evolucionistas, frequentemente empobrecidas e esquematizadas, esses intelectuais, segundo Sílvio Romero, a partir de 1868 tornaram-se os arautos daquele “bando de ideias novas” que vinham da Europa para substituir o que lhes pareciam as teses cerebrinas e desligadas da realidade dos românticos e ecléticos.

Ou, na palavra do jovem Capistrano de Abreu, em 1875:

“...devo desde já declará-lo: a crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais; a esperança de descobrir estas leis – eis o que me anima e guia.”

A sociedade que constituía o povo brasileiro estava, pois, subjacente, incógnita, aguardando sua “descoberta” pela metodologia indutivista do positivismo ou do evolucionismo. Longe de ser apenas manifestação “transoceânica” – a expressão é um neologismo de Capistrano, para se referir à importação acrítica de ideias europeias – esta atitude intelectual sublinhava o desconforto com o modelo político-institucional do Império, em particular do sistema unitário e centralizador e de seu arcabouço social, a continuidade da escravidão.

Descobria-se agora, com a temática sociológica da sociedade, o “povo étnico”: etnias (raças, na sua expressão), cruzamentos, mestiçagem. E este “povo étnico”, mais do que no litoral e centros urbanos, estava no interior, especialmente nessa entidade nebulosamente percebida, o “sertão”.

Um novo significado para o “sertão”

Desde o século XVI documentos vicentinos, baianos e pernambucanos referem-se ao “sertão”, como já ocorria no Portugal medieval. No século seguinte também na Amazônia seria utilizada a expressão, inclusive para descrever uma importante atividade econômica, o comércio das “drogas do sertão” que passaram a substituir parcialmente as “drogas da Índia”.

Não cabe aqui estender uma análise etimológica, mas apenas o registro de que a palavra tinha acepção muito mais ampla do que àquela à qual se referiram os escritores do ciclo nordestino do modernismo.

Para Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, como também para Euclides da Cunha e outros intelectuais, o “sertão”, antes de tudo, “não era” o que os românticos definiram.

Da mesma forma que a tarefa de construção do Estado décadas antes levava à elaboração de uma perspectiva historiográfica “sob o ponto de vista da monarquia constitucional”, como sugerira Martius, também o sertão foi estilizado, revelando-se frequentemente mero pano de fundo, na literatura romântica, para a psicologia e a ação das personagens.

Foi este o sentido que tomou, recorde-se, em *O gaúcho*, de José de Alencar, ao qual se seguiu do mesmo autor *O Sertanejo*, este publicado num momento – 1876 – no qual as novas ideias já difundiam críticas acres a tal estética. Alencar, aliás, excetuado Capistrano de Abreu, que com ele tinha fortes vínculos pessoais, seria normalmente apontado como um dos responsáveis pela visão alienante do sertão e da realidade brasileira em geral.

A nova versão, imbuída das valorações cientificistas do positivismo, do evolucionismo e de linhas secundárias por eles inspiradas como os

trabalhos de Haeckel e Buckle, buscava um “Brasil real”, que existiria a pequena distância, no interior – palavra que começava a ser substituída, nesse vocabulário, por *hinterland*, mais uma importação conceitual.

Esse *hinterland* não deveria ser descrito de um gabinete na cidade: precisava ser pesquisado com os métodos da etnografia e interpretado pela antropologia e pela sociologia.

Assim, o programa dos novos implicava na “ida ao sertão”, aspecto do mais amplo movimento de “ida às fontes” até então inexploradas no âmbito das ciências sociais. Os “novos” criticavam a abordagem tradicional, romântica e letrada, e buscavam indutivamente a realidade concreta: os falares regionais, os costumes sertanejos, a poesia popular. Onde antes prevalecera a simples descrição do exótico, dever-se-ia agora constituir um território de investigação, base empírica indispensável às futuras generalizações que explicariam a formação do povo brasileiro.

O sertão em Capistrano e Romero: Identidade nacional ou atraso?

Capistrano de Abreu e Sílvio Romero partiram dos mesmos supostos epistemológicos e metodológicos, generalizados na segunda metade do século XIX, o cientificismo, nas suas diferentes vertentes operacionais, o determinismo e o indutivismo. E, igualmente, de um clima ideológico pronto a contestar o *establishment* político vigente, após três abalos político-institucionais: a traumática crise de 1868 e suas sequelas imediatas, o violento protesto do Centro Liberal, em 1869, que concluía, um pouco retoricamente, com o lema “reforma ou revolução” e o Manifesto Republicano de 1870.

A diferença entre ambos os autores se tornou acentuada apenas a partir da década de 1880, quando o historiador enveredou cada vez

mais pelo caminho da investigação das fontes, enquanto o crítico e historiador literário permaneceria fiel às grandes teses globalizadoras do evolucionismo. Sílvia Romero chegaria a reprovar em Capistrano exatamente o escrúpulo minudente da pesquisa, acusando-o de não possuir “ideias gerais” de caráter sociológico. Reparo que, por ironia, o próprio Capistrano de Abreu, ainda em sua fase cientificista, fizera no necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1878.

Talvez residam aqui as diferenças de atitude desenvolvidas pelos autores ante a temática do sertão. Para Capistrano, cada vez mais mergulhado nos arquivos brasileiros e portugueses, configurava-se uma realidade histórica local que destoava das interpretações excessivamente político-administrativas e militares de seus antecessores. Neste sentido, chegou a afirmar uma frase muito difundida por Afonso d’Escragnoille Taunay e José Honório Rodrigues:

“A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fértilizante que o tênue fio litorâneo.”

Para Sílvia Romero, ao contrário, menos afeito à documentação colonial, o sertão era um dos segmentos da tipologia que construíra para interpretar a vida social brasileira e a “natureza” ou o “caráter” de seu povo, reduzindo-se seus elementos empíricos quase que somente aos exemplos da poesia popular.

Ambos, entretanto, partem da mesma constatação sobre o tema: o sertão foi elemento fundamental para caldear a nacionalidade brasileira, para formar-se o povo brasileiro, um povo percebido dessa forma como mais miscigenado e mais autêntico.

Tal constatação, em ambos, não envolvia necessariamente um juízo positivo. Preocupava-os a análise científica dessas populações, com suas características e especificidades, o que poderia implicar na percepção de “barbaridades” e “incongruências”. Refutavam em uníssono, explicitamente, a concepção romântica da infalibilidade instintiva do povo, em particular nas suas parcelas que se encontravam em maior contato com a natureza – como era o caso da população sertaneja:

“A inerrância do povo e a sua soberania são alguma coisa análoga ao direito divino dos reis e à infalibilidade do Papa. (...) Investindo o povo de atributos singulares e extranaturais, elevando-o à altura de um mito informe e flutuante, falseou (o romantismo) a crítica de suas concepções”. (Sílvio Romero, 1880)

A partir dessa premissa, também subscrita em Capistrano, contudo, divergem os autores. Para o historiador cearense, a nova realidade cultural representada pelos sertões e pelo sertanismo foi a raiz da identidade nacional e do espírito de autonomia. Consolidado ao longo do século XVIII, esse sentimento coletivo teria superado a “emoção de inferioridade” colonial em relação à metrópole, criando as condições para a delimitação de interesses próprios e, finalmente, a independência. Um de seus exemplos evidentes, segundo ele, foi o bandeirismo e o desprezo crescente pelos “emboabas” ou “marinheiros”, isto é, portugueses.

Para Sílvio Romero, o sertanejo propriamente dito era o vaqueiro, “um tipo brutal”. O restante da população rural também não recebia juízo favorável:

“Vê-se que falamos dos campônios do interior, que constituem a maioria da população brasileira. É uma triste figura a do nosso proletário – abatido, anêmico, desgrenhado, roto, subjugado como um felá do Egito e que passa os dias nas vendas bebendo a cana e disqueteando sobre a política”. (Sílvio Romero, 1880)

Assim, em Capistrano de Abreu o sertão era o cadinho onde se construía o verdadeiro Brasil, entendido como um produto cultural das novas condições históricas e não mais mero apêndice colonial da metrópole.

Em Sílvio Romero, ao contrário, o sertão, a despeito de sua relevância, representava um entrave a ser superado. Spenceriano convicto, convencido da ideologia do progresso, adepto de uma modernização reprodutora do modelo euro-norte-americano, o escritor sergipano encarava o sertão como a fase mais rude e primitiva de um processo ascensional a longo prazo, que culminaria, por um determinismo histórico, no “progresso” do país.

Fosse o sertão, como em Capistrano, uma realidade autêntica, fruto da experiência histórica secular, ou como em Romero, um obstáculo “atrasado” a superar, ele foi o elemento decisivo para definir em novos moldes o “povo brasileiro”.

O sertão, assim, foi realidade onipresente na vida cultural brasileira, seja na era colonial, no romantismo ou nos contemporâneos cientificistas de Capistrano e Romero, como, por todos, podemos lembrar o sempre emblemático Euclides, não obstante as muitas diferenças entre todos os significados que lhes foram atribuídos e suas ressignificações.

Essa relevância foi, em seguida, reconhecida pela estética literária do modernismo, em Mário de Andrade, nos romancistas do ciclo nordestino, em Guimarães Rosa ou Mário Palmério. E igualmente na análise acadêmica com as obras de Oliveira Viana, Gilberto Freire, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e os autores que se dedicaram ao estudo do bandeirismo.

O *leit motiv* de todos, entretanto, seria o mesmo: encontrar o “povo” no Brasil profundo.

Sir Peter Brian Medawar: Tributo a um Brasileiro Nato com Trajetória Singular

*Mauricio
Younes-Ibrahim,
MD, PhD*

Exmo. Coordenador do Conselho de Notáveis Senador Bernardo Cabral

Senhoras Conselheiras, Senhores Conselheiros

Nesta oportunidade concedida para dirigir-me aos Conselheiros, eu não poderia deixar de agradecer pelo gentil e caloroso acolhimento na minha chegada a este Conselho. Ainda como novel conselheiro, faço hoje a primeira locução e venho compartilhar, com as Senhoras e os Senhores, um tema que se tornou caro para mim há alguns anos e trata do nosso presumível dever de honrar os “filhos deste solo”, conforme a metáfora poética de Joaquim Osório Duque-Estrada.

Há personagens cujas trajetórias geram impactos tão substanciais que não se esgotam em seu próprio tempo e são, portanto, merecedores de duradouras homenagens. Assim ocorre com Peter Medawar, cujo exemplo de excelência é reconhecido mundialmente e lembrado, reiteradamente, em várias partes do mundo.

Como a memória cultural de uma sociedade resulta da transmissão geracional das histórias da sua própria coletividade, a recuperação deste fragmento do passado contribui com uma sinopse sobre um dos maiores

personagens científicos do século XX, o brasileiro e petropolitano Sir Peter Brian Medawar. Resgato aqui algumas peculiaridades individuais que ainda causam espécie na comunidade internacional e, mais ainda, no Brasil, onde o cientista permanece sendo um ilustre desconhecido.

Há 111 anos, às 17:30h do dia 28 de fevereiro de 1915, no Sanatório São José, do Hospital Santa Teresa, em Petrópolis, nasceu Peter, o segundo filho de Nicholas Ignatus (Nami) e Edith Downing Medawar.

Peter foi registrado na cidade natal e no consulado da Inglaterra. O pai era um libanês, nascido em 1886 na cidade litorânea de Junieh, filho de Ignatus e Ziane Medawar. No relato de Peter, seu pai, assim como muitos fenícios ao longo da história, era um emigrante que foi para a Inglaterra em busca de oportunidades.

Em Londres, ele morou em um quarto alugado da família Downing, onde conheceu sua futura esposa Edith Muriel, a filha mais velha da família. Em 1908, já bem-sucedido comerciante obteve a cidadania inglesa. Era agente da Dental Manufacture and Company, que fabricava e revendia instrumentos para dentistas e ópticos. Os Medawar vieram para o Brasil em 1913 para realizar a expansão comercial da empresa e instalaram a famosa Óptica Inglesa, no número 127 da Rua do Ouvidor.

A família Medawar fixou residência numa confortável casa na Rua Dias Ferreira, em Copacabana. Desde os tempos do Império, os verões no Rio de Janeiro promoviam ondas de veranistas fugindo do calor e das infecções (sobretudo, aquelas transmitidas por mosquitos) que recorriam à região serrana. Para tanto, a família Medawar tinha uma casa de verão na Rua João Caetano, bairro Caxambú, em Petrópolis.

Num destes verões nasceu Peter. Eram três os filhos: Phillip, o mais velho, Peter e a irmã mais nova, Pamela. Peter viveu no Brasil, fre-

quentou escolas brasileiras e em 1928 partiu para complementar seus estudos na Inglaterra, juntamente com seus irmãos. Na sequência, em outubro de 1932, aos 17 anos, Peter entrou para a Universidade de Oxford, onde estudou Zoologia e Patologia no Magdalen College e lá conheceu sua futura esposa Jean Taylor.

Sua irmã Pamela Medawar, que também nasceu no Brasil, permaneceu na Inglaterra, onde, em 1948, casou-se com Sir David Hunt, que veio a ser secretário particular de Winston Churchill (1950-1962) e embaixador Britânico no Brasil (1969-1973).

Do Brasil, os pais acompanhavam o entusiasmo de Peter com seus estudos, em especial com a biologia e a matemática. A época em que o jovem deveria cumprir o serviço militar coincidiu com sua aceitação na Universidade de Oxford e a disputada bolsa “The Christopher Welch Scholarship in Biological Sciences”. Peter pediu ao seu padrinho, Joaquim Pedro Salgado Filho, que na época era Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo de Getúlio Vargas (posteriormente foi o primeiro ministro da Aeronáutica e Senador), que o ajudasse a obter dispensa para não ter que interromper os estudos no Reino Unido.

O pai e o padrinho recorreram ao influente General Eurico Gaspar Dutra, que ocupava um alto posto no comando militar e havia acabado de liderar a repressão ao movimento revolucionário paulista de 1932. Apesar dos pedidos, Dutra, que veio a ser Ministro da Guerra de Getúlio Vargas e Presidente da República do Brasil, não foi favorável, a demanda de Peter não prosperou e ainda ficou subentendido que o jovem perderia a cidadania brasileira caso não cumprisse com o serviço militar no Brasil.

A recusa da prestação do serviço militar não é citada entre os motivos que podem acarretar a perda da nacionalidade nas Constituições de

1934 e de 1937, mas este episódio fez com que, a partir de então, Peter passasse a creditar apenas a sua cidadania inglesa. Na época, aqui no Brasil, apenas deixou de ser um paroxítona Medáwar para se tornar proparoxítona, Médawar.

O universitário esteve no Brasil em 1933, durante as suas primeiras férias em Oxford, nos primórdios da sua maioridade. Em suas memórias, relata como circulou alegremente pela noite carioca e se encantou assistindo a todo o programa da temporada de Ópera do Teatro Municipal, foi um presente especial dado por seu pai para o espetáculo que contava com os mais populares tenores, barítonos e sopranos internacionais da época, além da brasileira Bidu Sayão. O jovem registrou como divertiu-se nas ondas da praia de Copacabana e em noitadas nas roletas do Cassino do Hotel Copacabana Palace.

A trajetória do aluno era meteórica, aos 23 anos graduou-se como primeiro da classe, foi Professor Catedrático aos 32 anos e Membro da Royal Society aos 34 anos. Dedicou-se a experimentos laboratoriais inovadores utilizando cultura de células e tecidos. Sua curiosidade científica era genuína.

Por ocasião da Segunda Grande Guerra Peter participou do atendimento aos pacientes considerados como grandes queimados no hospital de Glasgow, onde era realizado um grande número de enxertos de pele. Nesta época, quando os enxertos não funcionavam, o insucesso era atribuído à inabilidade dos cirurgiões. Seu experimento favorito era medir, com precisão meticulosa, o tempo necessário para a ocorrência de rejeição em um enxerto de pele. Desta forma, descobriu que os enxertos de um segundo implante sofrem rejeição acelerada e concluiu que a rejeição era provocada por uma resposta imunológica do hospedeiro contra antígenos de histocompatibilidade presentes nas células do enxerto.

Peter demonstrou então, definitivamente, que a rejeição não se tratava de um problema cirúrgico e foi pioneiro no desenvolvimento de estudos sobre imunidade celular, identificando que os linfócitos são as células imunologicamente reativas. Suas observações contribuíram para a compreensão racional das doenças autoimunes e da caracterização do fenômeno de tolerância imunológica adquirida. Uma grande façanha científica se anunciava a partir dos seus estudos conceituais, pois estavam imunologicamente viabilizados os caminhos para os transplantes de órgãos.

Além da sagacidade científica, Peter era dotado de uma admirável grandeza humana, senso de humor diferenciado, um profundo respeito pelos indivíduos criativos, era humanamente simpático e avesso às pomposidades. Sua gentileza e amabilidade eram proporcionais ao seu porte atlético de 1,93 metros de altura.

A maior descoberta de Medawar, a tolerância imunológica, foi feita em conjunto com Rupert Billingham e Leslie Brent, obteve o reconhecimento mundial com o prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1960. Peter, então com 45 anos, teve a honraria compartilhada com o cientista australiano Frank Burnet, mas ficou desapontado porque Billingham e Brent não foram incluídos e decidiu dividir sua premiação em dinheiro com eles.

Medawar foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Médicas da Inglaterra, entre 1962 e 1971, e continuou suas pesquisas concentrando-se no desenvolvimento de um soro antilinfócito, para prevenir a rejeição de enxertos.

Certo dia, em 1965, ele saiu informalmente do laboratório dizendo sorridente à sua equipe: “Vou almoçar com a Rainha”. Na verdade, neste dia ele havia sido convidado para uma solenidade com a Rainha

Elizabeth, que nesta ocasião o nomeou cavaleiro do Reino Unido com o título de Sir Peter Brian Medawar.

Após laureado com o Nobel, Medawar esteve no Brasil a convite oficial, em 1961. Recebeu título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), universidade que foi criada em 1920, após o seu nascimento. Proferiu palestras na Academia Brasileira de Ciências, na Fundação Oswaldo Cruz e no Instituto de Biofísica da UFRJ. Tinha apreço e reconhecimento pelos cientistas brasileiros e assim escreveu sobre Carlos Chagas:

“Carlos Chagas nos deu um exemplo como acadêmico, estadista científico, professor e patriota.

Sempre consciente de que a ciência é um empreendimento internacional, ele se dedicou a garantir que o Brasil contribuísse proporcionalmente para o acervo mundial de conhecimento científico – e ele próprio é responsável por grande parte disso, como cientista de rara imaginação, habilidade, paciência e integridade.

O sucesso e a dedicação de seus alunos dão o tom da proeza de Carlos Chagas como professor e o mundo científico em geral tem motivos para lhe ser grato como um de seus grandes estadistas.

A Universidade do Brasil tem todos os motivos para se orgulhar de Carlos Chagas.

Londres, Setembro de 1962.”

Em 1966, embalado com o impacto clínico de suas pesquisas, foi cofundador e primeiro Presidente da Sociedade Internacional de Transplantes, A Transplantation Society, que desde 1990 instituiu o

Medawar Prize como sua maior condecoração de reconhecimento para os pesquisadores mundiais na área de transplantes.

Em 1969, aos 54 anos, quando presidia uma sessão da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, Peter sofreu um grave acidente vascular cerebral, que exigiu um longo tempo de hospitalização e deixou sequelas motoras que o tornou cadeirante. Curiosamente, este fato ocorreu no dia 7 de setembro, o dia da Independência do Brasil.

Mesmo com a saúde debilitada, continuou escrevendo sobre filosofia e ciência com a ajuda de sua esposa Jean. Inspirado nas suas limitações físicas, publicou uma autobiografia intitulada *Memórias de um Rabanete Pensante*. Autor de vários livros, apenas uma de suas obras foi traduzida para o português pela editora Unesp, intitulada *Os Limites da Ciência*.

Enfrentou sucessivos problemas de saúde, que culminaram com a sua morte, em 1987.

No editorial obituário de Medawar da revista *Nature*, *Mitchison* escreveu:

“Foi o mais ilustre biólogo britânico de sua geração. Ele fundou a biologia do transplante como um estudo científico e, assim, lançou a pedra angular da imunologia moderna.”

Medawar nos despertou não apenas para a singularidade imunológica dos indivíduos. Com a compreensão dos mecanismos de rejeição e tolerância imunológica adquirida nos remeteu a reflexões e ensinamentos que ultrapassam as fronteiras biológicas.

Em uma das suas frases filosóficas, sentenciou: “A mente humana trata uma nova ideia da mesma forma que o corpo lida com uma proteína estranha: rejeitando-a!”

A sensibilidade de Peter para questões envolvidas na tolerância, não foram apenas teóricas. Na prática, sofreu os efeitos da intolerância e preconceitos sociais ao longo da sua trajetória de sucesso. A família de sua esposa Jean não aprovava a união dos jovens e só não afastou o casal graças à determinação da jovem, que em suas memórias *A Very Decided Preference* narra as dificuldades enfrentadas quando decidiu casar-se com Peter. Um jovem com poucos recursos financeiros, tratado como mestiço, árabe, com risco de terem filhos de coloração africana, com suposta promiscuidade sexual tropical, foram alguns dos argumentos utilizados para tentar afastar o casal de estudantes. Entretanto, toda a rejeição e a intolerância social foi superada e eles formaram uma bela e sólida família, com quatro filhos: Caroline, Charles, Loulie e Alexander.

A premissa da singularidade dos indivíduos enfatizada por Medawar significa, simplesmente, que não somos iguais a ninguém. Em não havendo identidade plena, imunológica ou sociologicamente, é mesmo óbvio esperar que ocorra rejeições variadas, desencadeadas por reações e entendimentos distintos que certamente prevalecem entre os indivíduos no seio de uma coletividade.

Portanto, para haver uma convivência harmônica é imprescindível que haja tolerância, seja ela imunológica ou social, permitindo a preservação da individualidade biológica ou intelectual, bem como a promoção da qualidade de vida coletiva. A tolerância é uma premissa que se mostrou verdadeira para unificar as diferentes constelações sociais. De tempos em tempos, a intolerância precede períodos de calamidade da humanidade.

No Brasil, ainda que tímidas, ocorreram reportagens, notícias de jornais e algumas homenagens ao cientista no nosso meio. Para além

de publicações, a Academia de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (ACAMERJ) e a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SOMERJ) criaram Medalhas com o nome do Nobel, uma dessas medalhas eu tive a honra de receber. A Academia Líbano-Brasileira de Letras Artes e Ciência, cujo Presidente é o nosso também Presidente José Roberto Tadros e o querido Senador Bernardo Cabral é Membro de Honra, tem Medawar como Patrono da Cadeira n. 24, atualmente ocupada pelo Ilustre Ministro Francisco Rezek.

A sensibilidade do sistema da CNC para o tema, nas figuras do Presidente José Roberto Tadros e do Presidente da Fecomércio, Antônio Florêncio Queiroz, tem contribuído efetivamente para a divulgação deste nosso ilustre personagem. Em 2024, uma bela homenagem foi feita em Petrópolis, com a nomeação do lago do Palácio Quitandinha como “Lago Peter Brian Medawar”. Este ato foi um tributo singelo, mas pleno de significados.

O monumental Palácio Quitandinha surgiu de um projeto extraordinário, inaugurado em 12 de fevereiro de 1944, como um refinado complexo de *laser* anexo ao maior Cassino da América Latina. Por questões de segurança, a obra exigiu aprovisionamento de água com dimensão suficiente para combater um eventual incêndio na edificação.

Como ocorre em outros Palácios, foi projetado um grande lago, que o proprietário Joaquim Rolla determinou que tivesse o formato do mapa do Brasil. E assim foi feito um lago, circundado com areia vinda da praia de Copacabana e com um farol colocado no seu Norte, representando a ilha de Marajó. Pouco tempo após a sua inauguração, o Presidente Dutra proibiu o jogo no Brasil através do Decreto-lei número 9.215 de 1946, comprometendo definitivamente o projeto do maior cassino da América Latina.

Com o nome de Peter neste lago, aparecem reunidos dois símbolos petropolitanos vítimas de decisões arbitrárias, ocorridas em momentos políticos diferentes pelo mesmo autor, que agora se encontram virtualmente redimidos dos respectivos atos autoritários. Trata-se de um inusitado resgate histórico, que através do lago do Palácio Quitandinha reinsere, *in memoriam*, Peter Medawar em Petrópolis, no Brasil, no mapa do Brasil.

Na sequência, um movimento para divulgação nacional de Medawar despertou o interesse na classe artística. Encontra-se em curso o projeto de um documentário sobre Peter Medawar, criado pelo cineasta Roberto Faissal, que foi lançado no final de 2025, já devidamente aprovado para ser produzido com utilização de incentivo fiscal através da Lei Rouanet. Esperamos que os empresários apoiem este projeto para tornar mais conhecido este capítulo da nossa história. A multiplicação das iniciativas culturais ajudará a ecoar o nome e a obra de Medawar no Brasil e no exterior.

Guardamos assim a esperança de, muito em breve, vermos que não restará dúvida: Petrópolis, a cidade de Pedro, é também a cidade de Sir Peter Brian Medawar.

Inteligência Artificial e Crises Financeiras¹

Rubens Penha
Cysne*

1. Introdução

Os impactos mais imediatos da Inteligência Artificial (IA) podem ser observados na reconfiguração do mercado de trabalho, na possível amplificação de vieses de seleção e no aumento potencial da instabilidade de alguns mercados e sistemas.

A IA está provocando uma forte reconfiguração de funções e carreiras. O principal efeito é a “depreciação acelerada” de habilidades técnicas, tornando o conhecimento obsoleto em um ritmo sem precedentes e exigindo aprendizado contínuo.

Até o momento os algoritmos de IA são fundamentalmente treinados com dados gerados por seres humanos e, conseqüentemente, herdam seus vieses de julgamento passados. Isto posto, um dos perigos da IA reside na capacidade da tecnologia de replicar e amplificar vieses em ações de grande alcance, codificando e dando vida a desigualdades em sistemas automatizados.

A crescente utilização de IA para administrar mercados introduz também novas e complexas fontes de instabilidade, cujas dinâmicas ainda estamos começando a compreender.

¹ Este texto sumariza a apresentação do autor no Conselho da Confederação Nacional do Comércio no dia 07/10/2025.

A tese central deste artigo é que a IA amplifica vulnerabilidades financeiras clássicas.

2. Inteligência Artificial, Mercados e Crises Financeiras

A IA amplifica as vulnerabilidades que têm estado na origem de quase todas as crises nos últimos séculos: descasamento de ativos e passivos, alavancagem excessiva, comportamento de autopreservação em momentos de estresse e falta de transparência (opacidade) decisória. A interação da IA com estes fatores latentes de risco representa uma ameaça de magnitude ainda não totalmente visualizada e compreendida.

A utilização de bases de dados comuns e de algoritmos congêneres tende a fomentar correlações nas ações dos Agentes de IA (que tomam decisões efetivas de compra e venda). Tais fatos sugerem que as futuras crises induzidas por IA serão provavelmente mais rápidas e talvez mais intensas do que as crises passadas.

Para construir uma resposta política eficaz, é fundamental compreender a forma como a IA interage com as vulnerabilidades intrínsecas do sistema financeiro. O comportamento dos agentes financeiros muda radicalmente em tempos de crise, passando da maximização do lucro para a pura sobrevivência. O risco não advém apenas de choques externos, mas pode ser gerado de forma endógena pelas próprias interações dos participantes no mercado. A IA sobrecarrega estas interações.

Perante um choque de mercado, qualquer agente financeiro – humano ou artificial – enfrenta um dilema fundamental de decisão: “Correr ou Ficar”. Esta escolha binária, que tem o potencial de estabilizar o sistema (ficando e absorvendo o choque) ou de instabilizá-lo (correndo

para se proteger), determina a trajetória dos preços. A velocidade de processamento da IA pode tornar este dilema particularmente difícil de decifrar, ou mesmo de acompanhar em tempo real.

O perigo crítico da IA é que ela colapsa o cronograma das decisões. Quando um sistema de IA conclui que a sua sobrevivência exige uma ação rápida e decisiva, como vender ativos num mercado em queda, ele pode decidir “correr”. A IA pode executar esta decisão com uma velocidade e escala sem precedentes, transformando um evento de estresse numa crise sistêmica. A primeira entidade a vender obtém os melhores preços, incentivando todas as outras a seguirem num ciclo vicioso de fortes vendas e colapso da liquidez.

Tudo isso já ocorria em certo grau com as decisões automatizadas, mas agora há um agravante: os agentes de IA, que tomam decisões sequenciais muito mais complicadas, rápidas e difíceis de serem entendidas.

A interação entre os riscos da IA e as fragilidades econômicas manifesta-se através de quatro canais principais, que aumentam a probabilidade e a severidade de uma crise:

1) O Canal da Desinformação: A dependência da IA de dados históricos a torna inerentemente fraca na previsão de eventos futuros mais raros.

2) O Canal do Uso Malicioso: Sistemas de IA programados para maximizar o lucro podem explorar complementaridades estratégicas do mercado para obter ganhos privados, mesmo que isso gere resultados socialmente indesejáveis. Algoritmos de aprendizagem podem convergir para preços colusivos. Esta capacidade pode também, ao mesmo tempo teoricamente, ser usada para orquestrar bolhas e crises de forma deliberada.

3) O Canal do Desalinhamento de Objetivos: Pode haver uma dificuldade fundamental em alinhar os objetivos de um sistema de IA (maximização do lucro individual da empresa) com os objetivos da sociedade (esta belida de sistêmica).

4) O Canal da Estrutura de Mercado Oligopolista: Como vimos antes, o desenvolvimento de IA avançada requer um enorme investimento, concentrando o mercado em poucas empresas de tecnologia e fornecedores de dados. Esta concentração, exemplificada pelo domínio de fornecedores de dados, cria uma perigosa correlação. Quando um grande número de instituições utiliza modelos congêneres e dados da mesma fonte, as suas crenças e ações harmonizam-se. Isto torna o comportamento de manada mais provável, facilitando a coordenação em equilíbrios de “corrida” durante o estresse.

Todos estes pontos sublinham a necessidade de se conceber um quadro regulamentar robusto e tecnologicamente avançado.

3. Conclusões

A nova realidade de ação profissional, particularmente nos mercados financeiros, exige uma abordagem ágil, de aprendizado sob demanda, e a construção de um “portfólio de habilidades” diversificado. O profissional do futuro precisa dominar a curadoria cultural: a capacidade de diferenciar entre “sinal e ruído” em um oceano de dados. Neste oceano, os sinais são as informações de conteúdo verificável, ao passo que os ruídos são as *fake news*. Exercitar a curiosidade e o aprendizado constante não é mais uma opção, mas uma das bases para a sobrevivência profissional bem-sucedida.

A IA nos liberta das tarefas repetitivas para que possamos nos dedicar ao que realmente importa, forçando-nos a sermos mais curiosos, mais empáticos, mais resilientes e, em última análise, mais humanos.

Este é um dos caminhos para reivindicar nosso espaço nesse futuro aparentemente irreversível que estamos a construir. A “nova roda” – os algoritmos de aprendizado de máquina – já está posta. Será praticamente impossível voltar à trilha anterior.

A IA pode atuar como um poderoso amplificador de crises financeiras. Entender os riscos é o primeiro e mais importante passo para a sua mitigação. A interação entre as vulnerabilidades financeiras tradicionais e os novos riscos da IA pode gerar ameaças à estabilidade econômica. As crises futuras poderão ser mais rápidas, mais intensas e mais difíceis de conter com as ferramentas atuais.

O quadro requer que os reguladores passem de uma posição reativa para uma posição proativa, transformando a supervisão numa função dinâmica e tecnologicamente sofisticada. Cabe construir estas capacidades “antes” da próxima crise.

A Era da IA nos obriga a uma jornada contínua de autoaperfeiçoamento, marcada por verbos de ação: reaprender, recomeçar e suportar. Trata-se de aceitar um estado de aprendizado perpétuo.

****Rubens Penha Cysne** é Professor da FGV EPGE e membro do Conselho da Confederação Nacional do Comércio.*

A figura *La Mujer que nunca Hijo nada* sobre o trabalho doméstico e invisível começou a circular nas redes em 2025 e foi atribuída ao escultor espanhol José Luis Fernandez, mas o que não procede. Provavelmente foi criada por Inteligência Artificial ou montagem. Mas sua força é tão grande que me motivou a esta Conferência, a quarta nos meses de março, que se dedica às mulheres.

Assim, quero agradecer ao nosso líder, o Senador Bernardo Cabral por me propiciar esta oportunidade.

Aspectos Econômico-Financeiros do Trabalho da Mulher

Apesar das mulheres serem responsáveis por 2/3 de todas as horas trabalhadas no planeta, representam apenas 1/3 da força de trabalho oficialmente cadastrada, 1/10 da renda mundial, 1/100 das propriedades de bens. De acordo com a *Revista Pesquisa* (FAPESP), apesar de invisível nas contas oficiais:

- As mulheres dedicam em média mais de 20 horas por semana a trabalho doméstico e de cuidado não remunerado no Brasil, segundo dados nacionais.
- Isso representa uma contribuição econômica real e substancial à sociedade que, se fosse mensurada formalmente, teria impacto comparável a setores inteiros da economia brasileira.

- Uma projeção nacional recente sugere que, se o trabalho doméstico feito por mulheres fosse remunerado com base nos salários de empregadas domésticas, isso resultaria em uma massa salarial anual estimada em torno de R\$905 bilhões no Brasil.
- Pesquisas acadêmicas anteriores estimaram, por exemplo, que o trabalho doméstico não remunerado poderia equivaler a algo em torno de R\$580.600 bilhões por ano, segundo algumas metodologias que usam o salário médio de serviços domésticos como base de cálculo.

O objetivo desse trabalho é mostrar formas de diminuir tal disparidade nas condições socioeconômicas das mulheres menos privilegiadas, por meio da disposição de recursos financeiros de pequenas montas, sem a necessidade de garantias, conforme o denominado “Microcrédito”.

A primeira notícia que se tem de microcrédito data de “1846” quando, no sul da Alemanha, foi criada, pelo pastor Raiffeinsen, da *Associação do Pão*, que cedeu farinha de trigo aos camponeses endividados com agiotas para que eles, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem aumentar suas rendas.

Tal tipo de conceito já fazia parte da escola Keynesiana, que, simplificada, concebeu uma organização político-econômica, oposta às concepções fundamentada na concepção do Estado como agente indispensável ao controle da economia, com o objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego.

Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado, entretanto, sem se aprofundar em mecanismos de fornecimento de pequenos créditos baratos e acessíveis à população verdadeiramente pobre.

A Busca de Melhorias Muhammad Yunus

O considerado criador do Microcrédito foi Muhammad Yunus, nascido em Chittagong, porto marinho de Bangladesh, na ocasião pertencente ao Paquistão Oriental. Terceiro de 14 filhos, dos quais cinco morreram muito jovens, foi educado na Universidade de Dhaka, com elevado desempenho e, por isto, premiado com uma bolsa de estudos de economia, na Universidade Vanderbilt, tendo se tornado PhD e professor na Universidade do Tennessee. Toda a visão de capitalismo social aconteceu na vida de Yunus, quando em 1974, após a independência de Bangladesh, ele retornou ao seu lar e se tornou chefe do Departamento de Economia na Universidade de Chittagong. Porém, a despeito de estar satisfeito com suas atividades acadêmicas, algo tornou impossível seguir tal carreira, pois o ensino de elegantes teorias de economia, face à situação da população faminta de Bangladesh tornavam tudo isso irreal.

A situação de desespero por alimentos foi proveniente de várias causas, como devastações em série no início dos anos de 1970, provenientes de enchentes, secas, ciclones, monções e a Guerra de Libertação, que levou à destruição de grande parte da infraestrutura de transporte e à criação de enorme número de refugiados. O número de famintos atingiu milhões, que não podiam levar comida à suas famílias, sendo que centenas de milhares morreram de fome.

Aspectos Históricos

A primeira iniciativa de Yunus para aliviar a fome foi implementar um programa de irrigação para aumentar a produtividade da agricultura por meio de irrigação e que obteve sucesso, mas logo em seguida, descobriu que as pessoas mais pobres não recebiam qualquer benefício do aumento da produção de grãos, já que não eram proprietárias de qualquer terra.

Porém, certa manhã, Yunus encontrou uma mulher chamada Sufiya Begum que lhe falou sobre seu problema: ela e várias mulheres daquela vila viviam com seus maridos e filhos pequenos, em uma choupana praticamente sem telhado. Seu marido trabalhava como diarista, recebendo centavos por dia, quando encontrava trabalho. Para ajudar a levar comida para casa ela produzia cestos de bambu, feitos com muito talento, para vender na vila. Porém, todo dia, ela precisava contratar, junto a um agiota, cerca de vinte centavos, para a compra de bambu, o qual só concordava em fornecer o dinheiro, se ela concordasse em vender a ele toda a sua produção, ao preço estabelecido por ele, restando quase nada para sua família.

Yunus decidiu oferecer de seu próprio bolso US\$22 às vítimas dos agiotes, causando uma grande alegria a cerca de 100 mulheres, concluindo que, com quantidade tão pequena de dinheiro, podia fazer tantas pessoas felizes.

Então, por que não fazer mais? Mas as regras bancárias existentes não admitiam emprestar a quem não desse garantias e tais pessoas não possuíam sequer residências. Assim as conversas com banqueiros terminavam.

Mas depois, Yunus resolveu se oferecer como garantidor dos empréstimos para os pobres e, para sua surpresa, os pobres pagavam suas dívidas exatamente no prazo. Seus clientes eram majoritariamente mulheres e, muitas vezes, em reuniões com elas para explicar seus propósitos, precisava fazer uso de uma cortina para separá-lo delas, por questões relacionadas a religião islâmica.

Com o passar do tempo, alguns banqueiros passaram a fornecer suporte concreto para tal empreendimento. Em 1977, o diretor de um dos maiores Bancos do país, se tornou um entusiasta do projeto, criando

uma linha de crédito especial para emprestar aos pobres. A partir daí, os estudantes que, até então, trabalhavam como banqueiros de forma voluntária, passaram a ter um salário. Esta foi a primeira vez que a palavra Grameen, que significa Vila, foi usada no trabalho de Yunus, no "Ramo Experimental Grameen do Banco de Agricultura".

Porém os banqueiros do Banco de Agricultura acreditavam que era menos trabalhoso e mais lucrativo dar empréstimos maiores a quem pudesse ter bens como garantia, já que a população "Grameen" sequer dispunham de mobiliário em suas pobres habitações.

Após apelos ao Governo para criar um Banco com suporte governamental, foi conseguida a edição de uma lei especial, em 1983, e o Banco para os pobres nasceu passando a se chamar "Grameen Bank"! Com sua criação o Grameen alterou o *apartheid* financeiro e seus principais objetivos foram definidos como:

- Prover serviços bancários aos pobres, homens e mulheres.
- Eliminar a exploração dos pobres, tradicionalmente feita pelos agiotas.
- Criar novas oportunidades de autoemprego para a vasta população desempregada na Bangladesh rural.
- Trazer a população carente, especialmente as mulheres mais pobres, para o seio de um sistema orgânico, onde elas possam compreender seu mundo e administrá-lo sozinhas.
- Reverter o antigo círculo vicioso de "baixa renda, baixa poupança e baixo investimento", injetando crédito para torná-lo um círculo virtuoso de "investimento, maior renda, maior poupança".

Microcrédito no Mundo

Desde o início de suas operações, o Banco emprestou equivalentes US\$6 bilhões, com uma inadimplência de 1,4% e passou a ser autos-sustentável desde 1995, com depósitos e outras fontes correspondendo a 156% de todos os empréstimos. Em 1984, empréstimos para construções permitiram disponibilizar 650.000 habitações e 80% das famílias pobres tiveram acesso a esse crédito.

Desde então, Muhammad Yunus, se tornou conhecido como o Banqueiro dos Pobres. Em 10 de dezembro de 2006, Yunus recebeu o “Prêmio Nobel da Paz”, em parceria com o Grameen Bank, e, em sua cerimônia de posse, fez um discurso intitulado “A Pobreza é uma Inimiga da Paz”, onde salientou que o Grameen Bank e ele se sentiam premiados em receber a mais prestigiosa honra e que quando foi anunciado, trouxe mensagens de todo o mundo, porém o que o deixou mais feliz foram aquelas dos provedores de empréstimos das regiões mais remotas de Bangladesh, dizendo que se sentiam orgulhosos de terem recebido tal reconhecimento. Salientou, também, que 94% das receitas do mundo vão para apenas 40% de sua população, mas que 60% vivem com apenas US\$2 por dia e que isto não seria uma receita para a paz.

Ele partia da premissa que nossas multidimensionais personalidades significam que nem todos os negócios devam ter um único objetivo, qual seja o de maximizar lucro, isolando-as do resto da vida que inclui religiões, emoções, política e aspectos sociais. O conceito saiu de Bangladesh e foi para vários continentes.

O Microcrédito no Brasil

O microcrédito se espalhou por todo o mundo, porém não foi copiado, mas adaptado a cada região devido às suas realidades locais, como:

- América Latina, nos anos 1990, incluindo o Brasil.
- A África, principalmente, a Subsaariana, com programas voltados para a agricultura e empreendedorismo feminino.
- Ásia, onde Índia e Filipinas desenvolveram grandes redes.
- Europa e EUA, visavam imigrantes e pequenos empreendedores.

Atualmente, não guarda, necessariamente, suas características originais e tem sido feito, tanto por instituições sem fins lucrativos, quanto por bancos comerciais e *fintechs* digitais.

O Banco da Mulher no Brasil teve sua Implementação, no âmbito do Conselho da Mulher Empresária da ACRJ, conforme os preceitos do *Women's World Banking* das Nações Unidas, baseados nos ensinamentos de Yunus, cuja semente plantada floresceu devido ao trabalho de membros do referido conselho, mas principalmente, devido à perseverança de Clara Steinberg, uma engenheira invulgar, que insistia em dizer que mulheres privilegiadas como nós, que recebemos instrução pública de primeira qualidade e gratuita, tínhamos o dever de transferir parte de nossos aprendizados a outras mulheres que não desfrutassem de nossas oportunidades. Defensora desde a criação de empresa de construção, junto de seu marido, Jacob Steinberg, no final dos anos 1940, deveria ser a Presidente da empresa, Servenco, mas a Junta Comercial a impediu por ser mulher. Ela foi a idealizadora dos projetos de *playgrounds* em edifícios de apartamentos, pois não concebia que crianças não tivessem onde brincar, como ela em sua infância, no Meier. Criou, também, a sistemática de servir refeição matinal aos operários da Servenco, pois segundo ela, saco vazio não fica em pé.

O Banco da Mulher no Brasil atuava em três segmentos:

- Capacitação de suas clientes em conceitos básicos de finanças que permitissem valorizar suas produções, em termos de custos e valor de venda com margem de remunerar suas atividades.
- Financiar suas produções a valores especiais, abaixo do mercado, por meio da atuação pessoal do Presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo Vieira, no Paraná.
- Auxílio na comercialização das produções, por meio de feiras e barracas nas Sedes das seções regionais, que passaram a ser, cerca de 15, desde Manaus à Pelotas.

Mas o Banco teve uma vida curta de cerca de 15 anos devida a dois motivos:

- A não obtenção de linhas especiais junto a entidades de crédito, em particular do BNDES, que se recusava a conjugar o seu novo S de Social. A despeito disso, uma afiliada de ótimo desempenho contratou empréstimo a valores de mercado nesse Banco, para a compra de sede e melhor remuneração dos prestadores de serviço, incluindo parentes próximos, a despeito de, desde sua criação, fazer uso de espaço e parte dos funcionários de forma gratuita, por meio da Associação Comercial do Paraná. Assim, quando da amortização do financiamento não havia recursos para tal e, de acordo com o Estatuto do Banco da Mulher Brasil, a Diretoria da Sede, por meio de recursos pessoais, teve que amortizar a dívida, em valores de cerca de dezenas de milhares de Reais, incluindo esta conselheira.
- A criação, pelo Governo Federal do Crédito Consignado, para aposentados, funcionários públicos e outros segmentos, a taxas

abaixo do mercado, atingindo grande parte de nossas clientes e sem a necessidade de passar por qualquer aprendizado, sujeito à avaliação final, para a obtenção de crédito acompanhado. Assim o Banco, praticamente, faleceu.

O Women's World Banking continua existindo, por meio de afiliadas, com o objetivo não apenas o acesso bancário, mas o empoderamento econômico que transforma famílias e comunidades. Durante mais de 45 anos, ele continua perseguindo seus objetivos e servindo a mais de 700 milhões de mulheres excluídas do setor financeiro formal, tendo alcançado, até 2024, 87 milhões de mulheres, com soluções financeiras inclusivas, criando produtos personalizados para mulheres, abordando barreiras como falta de colateral, baixa alfabetização digital e mobilidade limitada, colaboração com bancos e reguladores (como o Banco Central da Nigéria) para criar mudanças sistêmicas e agindo como investidora direta para impulsionar o avanço de mulheres no ambiente de trabalho e como clientes para aumentar a segurança, a independência e prosperidade de mulheres em todo o Mundo.

Reconhecimento Internacional

Já o Grameen continuou a ter uma trajetória brilhante!

Mas não foi só o Nobel que trouxe dividendos para o Grameen Bank, pois, em outubro do ano anterior, o CEO do Grupo francês Danone Frank Rimbaud propôs uma reunião com Yunus, na qual informou que, no final do ano, ele iria anunciar, no Encontro Global sobre Microcrédito, que naquela ocasião mais de 100 milhões de pessoas pobres do mundo já haviam recebido benefícios do Microcrédito. Em seguida, informou que a Danone era uma importante fonte de alimentos para várias regiões do mundo e que não desejava vender seus produtos apenas para pessoas com elevados poderes aquisitivos e gostaria de

contribuir para a eliminação da pobreza no mundo e anunciando a criação de uma parceria para fornecer seus produtos para as vilas de Bangladesh, por meio de uma empresa a ser denominada “Grameen Danone”, com produtos a serem vendidos a baixos preços, sem pagar dividendos e, sempre que possível, fazendo uso de produtos locais.

Assim, foi criado o primeiro negócio social multinacional e, em 2006, o Projeto Grameen/Danone inaugurou a construção de uma sede ocupando 7.500 pés, com padrões genuinamente Verdes. A primeira fabricação do iogurte fortificado foi deliciosa e feita com suco de tâmaras, sendo colocada à venda em 2007.

Em 2007, devido ao estado de emergência em Bangladesh, Yunus tentou criar um partido político, denominado Nagarik Shakti, ou Poder Cidadão, com foco no combate à corrupção, porém foi abandonado por falta de apoio e a partir de 2009, passou por grande tensão com o Governo de Sheikh Hasina e demitido do cargo de Diretor Gerente do Grameen Bank, em 2011.

Porém, quando da queda daquele Governo, em 2024, foi nomeado Chefe de Governo Interino.

Questionamento por outras Correntes Econômicas

Mas desde 2010, vários economistas e organizações começaram a questionar o impacto real do microcrédito, alegando que sua influência na redução da pobreza é positiva, mas pequeno e alegam que pode gerar ciclos de dívidas, pressão social para pagar empréstimos com taxas de juros relativamente altas. Alegam, também, que existem fatores estruturais que são muito importantes, como educação, saúde, infraestrutura e mercado de trabalho, podendo o microcrédito ajudar, mas não substituir políticas públicas de desenvolvimento.

Outro aspecto questionado é a questão de gênero, pois mesmo que os empréstimos sejam voltados preferencialmente para as mulheres, eles são usados por homens da família, mas as mulheres ficam responsáveis pelas dívidas. Ou seja, o microcrédito ajuda na inclusão financeira, mas não é “Uma Bala de Prata”.

Os economistas que mais se destacaram no desenvolvimento de uma abordagem experimental para aliviar a pobreza global, foram o casal Abhijit Banerjee, nascido na Índia e professor do MIT, e Esther Duflo, nascida na França e também professora do MIT, autores do famoso livro *Poor Economics* e ganhadores, em 2019, do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas.

O professor de economia, em entrevista à *Revista Exame* de 2019, após visita no Brasil à Rocinha, critica a romantização da pobreza e defende que a saída mais eficaz para a miséria não está no endividamento dos mais pobres, mas na geração massiva de empregos. Para ele, os pobres não ficam ricos apenas com um empurrão.

O mundo empreendedor é para os criativos, ambiciosos e persistentes. Os pobres são empreendedores por necessidade, não por escolha. Mais de 90% das pessoas querem um trabalho assalariado. Dar um empréstimo de US\$200 e esperar que a pessoa se torne rico é perda de tempo. Medir a eficiência desses programas pelo pagamento é válido. Porém, mais importante do que isso é saber se as pessoas saíram da linha de pobreza.

A China é o país que mais reduziu a pobreza nas últimas três décadas e fez isso com a criação de empregos. Muitos desses postos de trabalho são nas indústrias têxtil, de calçados e de brinquedos. Trabalhos terríveis, é verdade. Muitas pessoas de vários países ao redor do mundo não querem essas atividades. Mas foi assim que milhões de chineses deixaram de ser pobres.

Já a economia indiana está crescendo, mas não cria postos de trabalho na medida necessária. O grande problema na Índia é que o crescimento está centrado em setores que exigem mão de obra mais especializada, como o de tecnologia.

Na última década, muitos países cresceram com níveis altos de concentração de riqueza. O Brasil, conseguiu contornar isso com o “Programa Bolsa Família”, que combateu a pobreza e colocou as crianças nas escolas, havendo a criação de milhares de postos de trabalho.

Diante das novas situações política e econômica, países europeus já sentem que a pobreza está aumentando, o que cria muitas tensões. Os jovens foram educados por longos anos e agora querem um trabalho digno. Mas vagas de tais empregos se tornaram raras nos últimos anos. E as perspectivas não são nada boas.

O Legado de Yunus

No cenário internacional, Yunus é visto até hoje, como um grande inovador social, mas cuja solução foi superestimada no início, porém é um dos indivíduos mais condecorados do mundo pelo seu trabalho pioneiro no microcrédito e nos negócios sociais. Ao longo da sua carreira, Yunus acumulou mais de “112 prêmios” de 26 países e recebeu mais de “50 doutoramentos *honoris causa*”, de universidades em todo o mundo.

Dentre os principais, se salientam os seguintes:

- **Prêmio Nobel da Paz (2006):** Recebido conjuntamente com o “Grammen Bank” pelos esforços em criar desenvolvimento econômico e social a partir da base de uma sociedade pobre.
- **Medalha Presidencial da Liberdade (2009):** A mais alta honra civil dos “Estados Unidos”.

- **Medalha de Ouro do Congresso (2010):** Concedida pelo Congresso dos EUA pelos seus esforços no combate à pobreza global. Nessas três condecorações, Yunus foi uma das três únicas pessoas a recebê-las, ao lado de nomes como Nelson Mandela e Madre Teresa de Calcutá.
- **World Food Prize (1994):** Pelo avanço do desenvolvimento humano através da melhoria da oferta de alimentos.
- **Prêmio Ramon Magsaysay (1984):** Considerado o "Nobel da Ásia", atribuído pela liderança comunitária.
- **Prêmio Príncipe das Astúrias para a Concórdia (1998),** pela "Espanha".
- **Prêmio da Independência (1987):** A mais alta honra nacional do "Bangladesh".
- **Prêmio de Paz de Seul (2006):** Pelo seu tributo para a harmonia da humanidade.
- **Medalha Presidencial da Liberdade (2009):** A mais alta honra civil dos "Estados Unidos".
- **Medalha de Ouro do Congresso (2010):** Concedida pelo Congresso dos EUA pelos seus esforços no combate à pobreza global.
- **Laureado Olímpico (2020/2021):** Recebido durante os Jogos de Tóquio pela sua contribuição ao desenvolvimento através do desporto.

Agradecimentos

Gratíssima pela atenção.

Formas da Agressividade Humana

*Nelson M. de
Mello e Souza*

O tema é atual, vasto e profundo, já que formas de agressividade se constituem num problema atual, dificultando a vida do presente e ameaçando a sustentabilidade do futuro.

Quem assiste a qualquer documentário sobre o que desabou no mundo nos fins dos anos 1930 do século XX e meados dos anos 1940, não pode sequer acreditar que tal acesso de loucura e sadismo coletivo tenha ocorrido. Mas ocorreu. O que revela o lado vulnerável da ambição das nações e o lado negro e triste da alma das massas. Só que as massas somos nós.

Recuar ao passado recente será método válido? Sem dúvida, respondo eu. Porque nele estão civilizações refinadas revelando a mais profunda indiferença para com os sofrimentos que suas ações vão gerar com as guerras que deflagra e as revoltas que incita e financia em povos indefesos, na busca de monopólios e matéria-prima.

Há pelo menos duas fases distintas nas quais a agressividade das guerras se manifesta. A primeira decorre de prática antiga. Nasce com as origens da civilização e parece, comum à dinâmica do poder de todos os povos com condições de expansão. Por isso, creio que podemos chamar de “imperialismo”, nome moderno, mesmo em se tratando dos sumérios.

Na modernidade, baseados em seu afã expansionista, sua intenção escravista e sua vontade de poder, comprovando sua crença na superioridade racial ou cultural, os europeus agiram de forma genocida, em diversas ocasiões, mais ainda intensamente desde as guerras da sucessão espanhola.

Povos como os africanos do norte, Marrocos e Argélia ou os do leste, vulneráveis ao poder militar europeu entregavam suas riquezas em petróleo, ferro, níquel, ouro e matérias-primas diversas, tendo de resistir ainda aos deboches e maus-tratos.

A história registra ataques armados e duros do imperialismo inglês no sul da África e na Índia. Ao mesmo tempo a França dominava o norte da África, os alemães disputavam com o Império Austro-Húngaro espaços econômicos e a Itália ensaiava incursões na região da Abissínia.

Milhares morreram de dificuldades, mau atendimento médico, fome e maus-tratos. A vida dos colonizados ante a agressividade arrogante dos europeus não era, positivamente, nenhum exemplo de solidariedade humana, nem de ética social.

A segunda parte da agressividade europeia moderna, tendo algo a ver em sua gênese de disputas territoriais, tiveram parceiros e consequências bem piores. Embasaram sua agressividade em progressos bélicos derivados da melhoria tecnológica para dar à agressividade humana, um caráter de violência inaudito. Era os europeus em guerra uns contra os outros em 1914-1918.

A sequência destes conflitos, ajudaram a complicar ainda mais o que já era complicado devido a orgulhos nacionais feridos.

As crises e desacertos financeiros herdados não foram poucos nem pequenos. A grande anarquia no sistema econômico seguiu no decorrer

dos anos 1930. Por isto, pode-se dizer que surgiu sem provocação direta, mas surgiu. Não se sabe bem de onde. Sabemos que a crise abalou o mundo, criando situações favoráveis ao surgimento de regimes de Estado Forte, ou tirânicos, na tentativa de corrigir as dificuldades de emprego e renda.

Um ambiente de incerteza e um período de angústia dominou a década. Nela se firmou o poderio japonês com suas ambições, o comunismo stalinista com suas coletivizações forçadas, principalmente Hitler e o nazismo. Todos eles se aproveitaram para reforçar, especialmente no caso alemão, do ferido orgulho nacional com a derrota de 1918 e das exceções norte-americanas precipitadoras da crise financeira.

Da complicação surgida emergiram as duas tiranias mais ferozes e de maior alcance, que o mundo jamais conheceu, além de reforçar o complicado fascismo italiano. De repente, o mundo se vê pisoteado e a beira do desastre. Tudo de repente como o Colosso de Goya.

Os toques wagnerianos do orgulho alemão geraram um problema ainda pior: a agressividade por lá tomou várias formas, todas aceitas pelas massas. O nazismo alemão foi bem mais além do jogo econômico, para afirmar a grandeza única da privilegiada raça germânica. Imbuído de um sentido de missão universal, prometiam salvar o mundo do judaísmo comunista em geral.

A avalanche da mais enlouquecida agressividade já vista no mundo, teve início com a ação das SA ou tropas de choque para impor a força o nazismo, seguidas das SS com poder ampliado sobre a política interna de perseguições aos suspeitos.

Na verdade, o mundo chamado de civilizado jamais foi exemplo de compaixão e empatia. Foi o mundo dos assírios e dos romanos; um mundo de Inquisições e de Crucificações, intolerâncias e escravidão.

Mas eram fatos mais ou menos localizados.

Foi no século XX que emergiu o monstro que matou, mutilou, destruiu famílias, gerou órfãos abandonados, criou os campos de concentração, os *Gulag* soviéticos, destruiu cidades, gerou pelo menos 80 milhões de vítimas diretas, sem contar os sem-casa e sem-teto que passaram a perambular à espera da morte nas cidades destróçadas e no desemprego implícito. Foi esse o mundo criado na segunda fase da agressividade civilizada.

O mais complicado de ser aceito por mentes normais foi o envolvimento do povo alemão e, de certa forma de alguns de seus satélites, como a Áustria, no entusiasmo envolvente da utopia nazista. O mesmo pode ser dito da utopia comunista.

A guerra não havia poupado cidades abertas em seu todo, assassinando velhos, mulheres e crianças em sua onda de destruição cega.

Terminada a guerra foi aberta para o mundo a visão dos horrores sádicos dos campos de concentração, onde se matava e torturava em massa prisioneiros indefesos pelo crime de serem de etnias diferentes ou terem opiniões divergentes a respeito da insensibilidade homicida das autoridades responsáveis e dos densos grupos de fanáticos que os apoiavam. Ninguém com um mínimo de empatia humana conseguia ver sem se contorcer de horror e repugnância, os tormentos mostrados pelos documentários filmados.

Passada a guerra, começa a reconstrução sob uma paz frágil a que se deu o nome de “Guerra Fria”. Isto é, ameaça de um conflito atômico por diferenças ideológicas entre duas potências antes aliadas.

A agressividade humana, agora com apoio ideológico, continuou sua carreira promissora de catástrofes em série praticadas com ardor e vontade pela organização do comportamento coletivo.

Mas terá sido todo este pesadelo que, de certa forma ainda deixa resíduos, realmente expressão da loucura coletiva ou da “banalidade do mal”?¹ Neste último caso não se restringia aos horrores que podemos ver nas telas, tantos anos depois, mas a expressão de uma verdade que se reconhece como intrínseca à formação espiritual do homem, sua “agressividade” *amok*. Seu prazer em provocar a dor alheia. Seu sadismo estrutural. Expressão coletiva da deformada alma humana, com variantes perversas de todos os tipos no processo simples de viver. Sem sentido, sem razão, sem lógica, sem compaixão. Simples prazer em infringir a dor como forma objetiva de poder.

A observação de Arendt se justifica mais acima nos referidos comportamentos dos Assírios, vazando os olhos dos prisioneiros; dos romanos adotando a crueza bárbara da lenta e sofrida morte na cruz, ou, como forma de diversão coletiva as lutas de morte travadas entre gladiadores, geralmente, escravos de guerras.

Tudo isto, somado às ações da queima de vivos pela Inquisição católica pelo crime de pensar diferente ou, no caso das jovens queimadas vivas, amarradas em troncos de madeira, pelo crime de não haverem aceito os avanços sexuais de velhos clérigos que ocorria do mesmo modo indiferente quanto à dor do próximo, coisa normal para o nazismo, o comunismo e os soldados japoneses. Em seu conjunto este tipo satânico de agressividade, entendida como algo normal, parte da vida, mostrava como se destrói a história do mundo civilizado.

As ameaças de hoje mostram que nossa memória é curta demais. Nossa história se perde, em parte nas tensões de momento, de outro lado nos interesses da demagogia de hoje. O certo parece ser, com nossa indiferença evidente e nosso empenho tecnocrático estarmos todos, como as massas alemães, empenhados na construção de uma sociedade desigual em seus desequilíbrios na distribuição da renda

gerada. No geral, pouco importa à imensa maioria estarmos elevando o egoísmo a modelo de posição ética.

Neste ritmo não levaremos muito tempo, seguramente não mais que três gerações², seguindo a linha de comportamento exposta para chegarmos unidos ao encontro de nosso fim.

Como exemplo da vulnerabilidade da mente humana, exposta inteiramente, sem nenhuma proteção, às forças alienantes que surgem das profundezas de almas embrutecidas, a previsão faz todo o sentido.

Em vez de comandar a agressividade humana a estamos colocando a serviço do poder. No momento em que escrevo, o mundo vive simultaneamente três guerras: a da Ucrânia, do Irã e do Líbano, todas elas sem razão lógica alguma, a não ser a vontade de poder, o orgulho e a ambição de mando. Não há previsão de fim à vista. Todas elas se sustentam na força da tecnocracia. O que geram é uma certeza feita de medo e assombros. Estamos à mercê de tiranos travestidos de defensores do povo, cada vez mais corruptos e cada vez mais ricos, cercados por grupos de sicofantas astutos que se aproveitam pessoalmente da situação.

Até o momento, portanto, não há sinais mais firmes de respostas institucionais salvadoras, nem de maior consciência do risco que estamos correndo como civilização global. Se estiver correto, caminhamos para o “fim da história”.

A maior democracia do mundo revelou-se uma grande vergonha. Vergou-se na eleição de um demagogo vulgar e grosseiro, cuja falta completa de visão quanto aos riscos para a vida humana que ele mesmo vem conduzindo, ao, pregar a devastação da natureza em benefício curto de certos bilionários do petróleo e matérias-primas raras,

é comovente em sua estupidez. Porque para sustentar a produção de armas de tecnologia refinada e lucros de bilhões que não podem ser gastos nem que se viva mil vidas, a decisão é suicida.

Claramente trata-se de um caso entre tantos, de liberação sádica da agressividade humana. Sabemos o que não sabem eles: uma guerra final será a destruição de todos. Ignoram que sua vontade pode muito, mas não pode excluí-los, nem ao principal responsável e sua fortuna, deste “todo”. E por lá se vão, ocupando as notícias do dia com dados sobre os milhões de desabrigados e famintos em meio à maior riqueza já criada pelo homem. Tudo de mãos dadas com as ordens recebidas, como toda burocracia o faz. Repetição da atitude dominante no Tribunal de Nuremberg sobre nazistas monstruosos que se declararam inocentes de crimes publicamente exibidos com a justificativa de “cumpriam ordens”.³

Pois, estes heróis das massas de hoje ignoram estar na verdade e não no comando, mas sob o comando de burocracias insensíveis. Com elas mergulharão para o fim, encontrando no infinito do esquecimento o sonho de suas glórias imperiais.

Sentido e Formas da Agressividade

É justo indagarmos que forças agem sobre todos eles, gerando a loucura mal definida de ações sem limites de prudência.

Ao que tudo indica, a completa falta de razões para as guerras de hoje sugere que a força movente parece haver sido de fundo não consciente, talvez o “caráter inato” da agressividade humana, hoje maximizado pela ciência e a tecnologia.

O fenômeno da agressividade humana vem sendo estudado desde Freud. Na segunda metade do século XX e talvez por inspiração do

nazismo surgiram estudos numerosos sobre a agressividade dos quais destaco os de Conrad Lorenz, Anthony Storr e o que considero mais completo, o de Erich Fromm. Em seu *Anatomia da Destrutividade Humana*. Neste texto reúne dados que remontam à primeira cidade do mundo Çatal Hayuk, para ir seguindo nossa história sedentária. Neste esforço revela aspectos da agressividade como parte da condição humana.⁴

Fromm completa Lorenz e, embora escreva antes de Storr não parece seguir caminho similar já que Storr não o cita uma única vez. Pena, porque Fromm se afasta de Freud e da psicanálise para ampliar seu campo de visão e com isto nos apresenta um importante quadro de reflexões multidisciplinares, para entendermos o fenômeno. Lamento apenas não ter usado mais os dados oferecidos pela arqueologia e seguido Leakey para justificar sua tese central de não ser inata a agressividade.⁵ Como uma única exceção que ele examina: a forma de agressividade indispensável para a sobrevivência. Esta é inata ou não existiria o homem.

Mas sua classificação das duas formas de agressividade é pouco satisfatória. Deixa espaços em aberto para a variedade de aspectos comportamentais favorecendo a lassidão de seus encaixes conceituais.⁶

Os outros estudiosos do assunto, não preenchem estas lacunas. A diferença está na forma de tratar o tema. Todos veem no homem uma criatura agressiva, como diz Storr na abertura de seu trabalho. Mas é Fromm que, igualmente aceitando a tese da agressividade inata, não se satisfaz com a observação tão abrangente e simplista. Para ele não cobre os fatos reais, razão pela qual se afastou de Freud, para unir outras informações capazes de oferecer um quadro mais completo do fenômeno. Assim mesmo ainda deixa em aberto outras alternativas

referentes, especialmente às formas que veio tomando a necessidade de adaptação do homem à vida social desde a pré-história. Mauss, descrevendo o encontro de tribos estranhas no mesmo território, revela seu caráter amistoso de troca de presentes sem esperar contrapartida similar.⁷

Em resumo, Fromm procura revelar o que ocorreu com a psicologia humana no percurso que se formou em reação aos eventos que marcaram a vida do Neolítico. Sabemos que este tipo primitivo de vida social foi, no entanto, dominado por coesões sociais mais compactas que as de tempos mais sofisticados como revela Leakey já referido mais acima.

Este passado primitivo e rude, “bruto e curto” segundo Hobbes, é uma ilha de paz e respeito se comparado com as formas de agressividade dominantes desde as primeiras civilizações.

Hoje o que mais vemos e sentimos é o choque das massas em busca de líderes.

No mundo das civilizações sofisticadas que se seguiram ao que Karl Polanyi chamou de *A Grande Transformação*, que representou o início da industrialização, as pessoas tendem a se tornar ilhas isoladas umas das outras psicologicamente.⁸ Há um manto de indiferença que recobre as relações humanas. Em sua imensa maioria faz parte do conjunto dos valores dominantes ser indiferente aos problemas alheios. Na correria, trancos e alguns empurrões que vemos no dia a dia das ruas, as pessoas revelam preocupação apenas com seus próprios sonhos, ambições e compromissos. O que lhes interessa é o jogo de seus interesses e ambições.

O fenômeno já é comum, especialmente, nas grandes metrópoles. Na multiplicação das ansiedades, perde-se a âncora moral, a única

que pode firmar o espaço humano dentro dos limites da convivência pacífica. Sem ódios, sem invejas, sem atropelos, como ainda logramos ver nas pequenas cidades rurais do interior.

Cidades que se esvaziam porque sua juventude, na primeira oportunidade, segue para a vida competitiva da grande cidade. Podem até ganhar empregos melhores, mas perdem o carinho dos amigos de infância, tornando mais raro o aconchego de uma amizade sincera.

Falta ossatura ética aos filhos deste mundo tumultuado, favorecendo alterações repentinas de humor. O sociólogo polonês Zygmund Bauman a denomina, por isto mesmo, de “sociedade líquida”.⁹

Fromm aceita a tese da agressividade inata como um traço da personalidade humana, para defender a vida. Concordamos e a justificamos. Mas ao contrário de generalizações pouco convincentes à luz da realidade, a divide em agressividade “benigna” quando ligada à defesa da vida e proteção do grupo e da família e “maligna” quando resume atitudes de agressividade por razões individuais e interesses deformados por sadismo ou egoísmo.

Isto é, para ele há duas formas de agressividade: a “benigna” cuja origem é a busca de meios de vida e defesa contra animais perigosos, com ajuda recíproca para sustentar os que não caçavam, como os idosos, as mulheres e as crianças e a “maligna” desenhada mais acima como resultado das hierarquias burocratizadas, da exploração do trabalho alheio ao nível da servidão ou, durante milênios, da escravidão, com abusos ostensivos do poder e limitação da solidariedade em sua forma impessoal de trocas de bens e serviços em um mercado anônimo.

Falta, a meu ver completar o quadro com o que chamaria de agressividade “justa”.

Exemplifico. A “agressividade” justa é aquela em que se defende, usando-se até de meios extremos o indefeso. Quando surpreendemos em um ponto vazio de uma rua escura, uma jovem sendo estuprada por dois ou três garotões, não se pode conter a ira irracional que nos empurra a agir. Na interferência podemos ver o tipo de uma agressividade extrema para livrar a jovem e punir o covarde. A reação violenta é quase instintiva em pessoas de bom caráter. Estando em desvantagem física não será covardia se usar pedras grossas como “soco-ínglês” ou pedaços soltos de madeira resistente, como bastões de ataque para, aos gritos de um ódio incontido, golpear de modo violentíssimo, a cabeça do atacante de imediato. E se tem a cabeça em sangue ou com alguma fratura, golpear igualmente o amigo covarde que busca escapar ou ajudar o agente da monstrosidade já gravemente ferido. Parece-me justo que esse também receba golpes similares e depois sejam abandonados sem socorro algum, sós e tontos, no silêncio da noite ignorada. E a moça conduzida ao primeiro hospital encontrado.

Em suma, a defesa contra qualquer tipo de covardia, até contra animais pacíficos como o famoso, cão “comunitário” do Leblon, chamado carinhosamente de “Orelha” torturado e morto entre risos de grupos de uma rapaziada de candidatos futuros a cargos públicos democráticos porque filhos de famílias ricas, assim como a pacífica capivara da Lagoa Rodrigo de Freitas, vítima do mesmo tipo de bestialização, são fatos reais; foram publicados nos jornais do dia seguinte; usei-os para ilustrar a tese de haver vários outros tipos de agressividade, algumas de violência extrema como o nosso exemplo, mas não necessariamente condenáveis.

De modo geral, portanto, o que desejo realçar é o fato entrevisto por Fromm: o do homem ser naturalmente “agressivo” não ser um fenômeno compacto, ou não haveria sua forma “benigna” e segundo ter várias

formas de ação, reação e complexidade. Não é linha psicologicamente retilínea que nasce com o homem das cavernas passa pela civilização romana e desemboca em Hitler, Stalin ou Trump.

A agressividade tal como existe no mundo envolve um complexo variado de versões e aplicações. É entortada por numerosas curvas em seu caminho de problemas com sérios efeitos sociais.

O que se pode concluir deste pequeno estudo introdutório ao tema é que não se pode desprezar, para avaliar de modo correto o tipo de agressividade que se admite inata ao homem, a imensa influência do meio social nas formas de agir e sentir.

O homem pode ser e talvez o seja, uma criatura, bem estudada neste início de século, mas, na verdade, os estudos ainda estão cobertos por um forte manto de perplexidades e de certezas ideologicamente formuladas.

Os acontecimentos do século XX, com espetáculos de horror ou displicência, gosto sádico ou indiferença de homens finamente educados, longe de serem brutamontes de botequim, como todos os que compuseram os grupos de poder nazistas e stalinistas, somados aos japoneses que enterraram vivas milhares de pessoas na guerra da Manchúria enquanto riam, dançavam e pulavam sobre a terra que cobria os corpos sufocados de suas vítimas indefesas, não são monstros. São até alguns pais amorosos de famílias exemplares, perversamente estimulados por ideologias deformadas e deformantes, além da sensação pessoal de poder irrestrito.

Hoje é comum, em função das guerras e das migrações forçadas, a figura do traficante de jovens meninas que migravam das zonas de guerra, órfãs de pai e mãe, conduzidas para os bordéis do mundo.

Em seu atordoamento existencial acredita no tipo simpático que lhes oferece emprego, isto é, o que fazer e o que comer. Seu futuro é uma desgraça conhecida.

Este exemplo serve para o que pretendo. O de ser intelectualmente pouco fértil e não levar em conta variáveis socioculturais para nos fazer entender as alterações nas formas da agressividade humana.

NOTAS

¹ O conceito de “banalidade do mal” foi proposto por Hannah Arendt em seu trabalho *Eichmann em Jerusalém* relatando o modo frio e indiferente como respondia as questões dos campos de concentração nazistas e suas barbaridades. O mesmo tipo de atitude de todos os julgados antes no Tribunal de Nuremberg. Todos se declararam “inocentes” das piores atrocidades, pois afinal, “cumpriam ordens”. Esta atitude que não vê o ser humano e sim “coisas” desprezíveis, podendo ser torcidas, queimadas, enforcadas, asfixiadas a gás, presas em lugares infames e fétidos, famintas a ponto de morrer de fome, era visto como “normal” pelos monstros friamente sentados no banco dos réus. A “banalidade do mal” seria a forma de ver deste vazio ético, desta indiferença de sentimentos ante a dor e os tormentos alheios. Afinal nenhum deles destruiu vidas: destruíram “coisas”. A editora é Diagrama e Texto, 1983; tema similar sobre a indiferença do mundo moderno sobre o “Mal” pode ser lido em seu excelente *Homens em tempos Sombrios* S.P. ed. Cia. das Letras, 1987; O Domínio do Mal e sua absorção pelo comportamento humano, espalhando o pânico geral, foi antevista pela arte de Goya no seu famoso quadro *O Colosso*. Ele surge não se sabe bem como, das sombras do nosso próprio inconsciente esmagando, matando, torturando uma humanidade atarantada.

² Número “3”, segundo os místicos, os alquimistas e os magos, constitui um modelo arquetípico de pensar. Ver na Teologia o conceito

de Trindade; em Filosofia a dialética da tese, antítese e síntese, nos estudos da história o tempo é dividido em antigo, clássico e moderno, ou ante o marco da cristandade em feudal, renascentista e industrial. O tema do cabalístico número 3 surge na Antiguidade, de modo mais claro com a obra de Basilides de Alexandria e é estudado por Edward Edinger em seu *A Psique na Antiguidade*, ed. Cultrix. S.P., 1999, ps. 76-79.

³ Se a estrutura de suporte da personalidade humana é social, educacional e principalmente moral é desta forma de ordenamento que nascem as decisões. No caso da agressividade, que estamos vendo, e da banalidade moral dos assassinos germânicos e dos soldados de todas as nações enlouquecidos pela guerra e as visões da morte próxima ou da grandeza eterna, mostram-se inteligíveis. O alemão, principalmente, foi submetido a distorções morais, incompatíveis com seu histórico de povo culto. O ápice das distorções, ocorreram nas décadas de 1930 e 1940. Para ele tornou-se contagiante a ideologia agressiva justificadora de todas as agressões, incluindo as mais perversas que o mundo jamais conheceu. É desconcertante e até certo ponto preocupante, assimilar emocionalmente o que aconteceu nesta guerra. Faz com que não tenhamos nenhuma certeza quanto a nosso futuro, num mundo em que as massas se mostram cada vez mais densas e poderosas.

⁴ Como autores importantes para quem deseja se aprofundar no tema recomendamos, além de Fromm e seu magnífico e bem pesquisado trabalho *The Anatomy of Human Destructiveness*, três outros autores decisivos. São eles Joseph Konrad, *On Agression*, Londres, ed. Methen, 1966; Hall K. R. S. *The Natural History os Agression*, Academic Pressm, Londres, 1964 e, principalmente porque traduzido para o português, de Anthony Storr, *A Agressividade, Humana*, Penguin Books, 1968. Todos destacam os riscos e o florescer deste tipo de comportamento assassino na modernidade de massas competitivas, anômicas e atuais.

⁵ Richard Leakey reafirma em síntese inspiradora a importância da “grande transformação” decorrente das obras que desviam o olhar de debates sobre a criação divina e examinam o processo de criação da vida desde suas origens, a partir de micro-organismos, destacando como não poderia deixar de ser os nomes de James Hutton, Carolus Linneus, que primeiro usou a expressão *Homo Sapiens* e Erasmus Darwin o pai de Charles, todos ainda no século XVIII, além de Charles Lyell e Jean Baptiste de Lamarque, como sólida herança de Charles Darwin e Alfred Wallace no século XIX, completando a história sobre a criação natural e o berço da humanidade, como o denomina. Ver livro *Origens*, Ed. Melhoramentos, Universidade de Brasília, 1971, ps. 22 a 117. Richard Leakey contou com o apoio de seu colega Roger Lewin.

⁶ Leakey mostra como nos grupos unidos em cavernas no Período do Paleolítico, parecendo algo similar as minialdeias do Neolítico onde a vida social era cooperativa e o resultado da caça e da coleta repartido do modo mais igualitário, já que a melhor carne da caça não dava para todos.

⁷ Sem dúvida, defendemos que as duas formas de classificar a agressividade humana propostas por Fromm não esgotam suas variações.

⁸ O austríaco Karl Polanyi publicou em 1944 um importante livro denominado *A Grande Transformação*. O trabalho destacou-se no marmemoto editorial de textos sobre a modernidade. Ele insiste, como muitos outros, formando uma corrente de pensamento que considera, como Daniel Bell reafirmou, que a Indústria, como sistema produtivo, inaugurou a “grande transformação da humanidade”. A nosso ver houve importante ataque de amnésia histórica nestes numerosos autores que pensam da mesma forma. Todos eles esquecem as grandes transformações que tiveram início, como mostrou Leakey mais acima, na

grande transformação que criou o “Homem”. É o primeiro ser pensante e criativo, construtor de inovações decisivas, desbravador de conhecimentos. Nesta linha de pensamento, talvez mais importante que a modernidade industrial foi a revolução que dominou o fogo, concebeu a linguagem simbólica e, em termos de formas de vida a que descobriu a semente, adotando o regime produtivo agrícola e sedentário, berço das cidades e das civilizações. Sem falar na decorrente invenção da roda, do trabalho em cobre que gerou a metalurgia e principalmente a que, usando a novidade do forno, inventou a cerâmica!

⁹ Zygmund Bauman, sociólogo contemporâneo morto em 2017, foi dos melhores estudiosos da sociedade que vem surgindo com a modernidade, a Inteligência Artificial e a “coisificação” do outro. Entre suas publicações a respeito do tema está um dos que mais gosto, chamado “Sociedade Líquida”. Ela muda vertiginosamente em função da velocidade implícita numa economia competitiva, de mercado livre, transformando o cidadão, o vizinho, talvez o companheiro, num consumidor anônimo, indiferente e alienado.

O debilitamento dos laços comunitários, inevitáveis nesta forma “fluida” de vida, por ele sublinhado serve para dissolver o paradoxo de Milan Kundera. A antiga leveza do ser social amparado por amigos e parentes desmorona. Torna-se insustentável numa sociedade líquida que muda as formas de vida de ano em ano!



2022-2026

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo

Antônio Florencio de Queiroz Júnior

Vice-Presidentes

1º Abram Abe Szajman

2º Luiz Carlos Bohn

3º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

Darci Piana

Edison Ferreira de Araújo

José Aparecido da Costa Freire

José Wenceslau de Souza Júnior

José Marconi Medeiros de Souza

Sebastião de Oliveira Campos

Marcelo Baiocchi Carneiro

Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Bernardo Peixoto dos Santos

Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros

1º Ademir dos Santos

2º Ladislao Pedroso Monte

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Armando Vergílio dos Santos Júnior

Hélio Dagnoni

Idalberto Luiz Moro

Ivo Dall'acqua Junior

Itelvino Pisoni

José Lino Sepulcri

Kelsor Gonçalves Fernandes

Maurício Aragão Feijó

Marcos Antonio Carneiro Lameira

Maurício Cavalcante Filizola

Nadim Elias Donato Filho

Nilo Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Andrade

Domingos Tavares de Sousa

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

André Luiz Roncatto

Antonio de Sousa Freitas

Daniel da Silva Amado Felício

Daniel Mesquita Coelho

Denis Oliveira Cavalcante

Edimilson Pereira de Assis

Francisco Valdenir Machado Elias

Geraldo Vieira Rocha

Gilberto de Andrade Costa

Guilherme Marconi Coutinho De Souza

Hercílio Araújo Diniz Filho

Jadir Correa da Costa

James Thorp Neto

Jeferson Furlan Nazario

Jorge Luiz das Neves Moraes

José Gilton Pereira Lima

Josué Souza Rocha

José Marcos de Andrade

José Carlos Raposo Barbosa

Luís Antonio Bezerra Lacerda

Marco Sérgio Pessoa

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

Ozeas Gomes da Silva

Paulo Rogério Tadros

Pedro Jucá de Oliveira

Pedro Coelho Nasser

Renato Campos Carvalho

Suplentes do Conselho Fiscal

Ana Luiza Araújo Freire Soares

Lázaro Luiz Gonzaga

Hugo Lima França

Carta Mensal